Índice

1. Responsáveis Pelo Formulário

1.0 - Identificação dos responsáveis 1

1.1 – Declaração do Diretor Presidente 2

1.2 - Declaração do Diretor de Relações Com Investidores 3

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores 4

2. Auditores Independentes

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores 5

2.3 - Outras Informações Relevantes 6

3. Informações Financ. Selecionadas

3.1 - Informações Financeiras 7

3.2 - Medições Não Contábeis 8

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras 10

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados 11

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido 13

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas 14

3.7 - Nível de Endividamento 15

3.8 - Obrigações 16

3.9 - Outras Informações Relevantes 17

4. Fatores de Risco

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco 18

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado 28

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes 31

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores 32

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes 33

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto 34

4.7 - Outras Contingências Relevantes 35

Índice

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados 36

5. Gerenciamento de Riscos E Controles Internos

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos 37

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado 38

5.3 - Descrição Dos Controles Internos 39

5.4 - Programa de Integridade 40

5.5 - Alterações significativas 42

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos 43

6. Histórico do Emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm 44

6.3 - Breve Histórico 45

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial 46

6.6 - Outras Informações Relevantes 47

7. Atividades do Emissor

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas 48

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista 49

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais 50

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais 51

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total 52

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades 53

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior 54

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades 55

7.8 - Políticas Socioambientais 56

7.9 - Outras Informações Relevantes 57

8. Negócios Extraordinários

8.1 - Negócios Extraordinários 58

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor 59

Índice

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais 60

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord. 61

9. Ativos Relevantes

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros 62

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados 63

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis 64

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades 65

9.2 - Outras Informações Relevantes 66

10. Comentários Dos Diretores

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais 67

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro 84

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras 85

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor 86

10.5 - Políticas Contábeis Críticas 87

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 88

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras 89

10.8 - Plano de Negócios 90

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante 91

11. Projeções

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas 92

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas 93

12. Assembléia E Administração

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa 94

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais 98

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração 99

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem 100

Índice

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal 101

12.7/8 - Composição Dos Comitês 105

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores 106

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros 107

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores 108

12.12 - Outras informações relevantes 109

13. Remuneração Dos Administradores

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária 110

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 111

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal 112

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária 113

13.5 - Remuneração Baseada em Ações 114

13.6 - Opções em Aberto 115

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues 116

13.8 - Precificação Das Ações/opções 117

13.9 - Participações Detidas Por Órgão 118

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários 119

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal 120

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria 121

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores 122

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam 123

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor 124

13.16 - Outras Informações Relevantes 125

14. Recursos Humanos

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos 126

Índice

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos 127

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados 128

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos 129

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos 130

15. Controle E Grupo Econômico

15.1 / 15.2 - Posição Acionária 131

15.3 - Distribuição de Capital 153

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico 154

15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte 155

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor 156

15.7 - Principais Operações Societárias 157

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico 158

16. Transações Partes Relacionadas

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas 159

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas 160

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado 162

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas 163

17. Capital Social

17.1 - Informações Sobre O Capital Social 164

17.2 - Aumentos do Capital Social 165

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações 166

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social 167

17.5 - Outras Informações Relevantes 168

18. Valores Mobiliários

18.1 - Direitos Das Ações 169

Índice

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública 170

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto 171

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados 172

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil 173

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários 174

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação 175

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros 176

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior 177

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição 178

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas 179

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição 180

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários 181

19. Planos de Recompra/tesouraria

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor 182

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria 183

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria 184

20. Política de Negociação

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários 185

20.2 - Outras Informações Relevantes 186

21. Política de Divulgação

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações 187

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas 188

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações 189

21.4 - Outras Informações Relevantes 190

1.0 - Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**José Castellanos Ybarra**
Cargo do responsável	Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	**Felipe Ostermayer**
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

DECLARAÇÃO

José Castellanos Ybarra, espanhol, casado, economista, titular do Registro Nacional de Estrangeiro (RNE) n.º V328245-J, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas (CNPJ/ME) sob o n.º 057.682.497-61 na qualidade de Diretor Presidente da **Ventos do Sul Energia S.A.**, sociedade anônima com sede na Av. Carlos Gomes, nº 222, conj. 701, Parte 4, Bairro Auxiliadora, Porto Alegre/RS, CEP 90.480-000, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 06.016.348/0001-53, com seu estatuto social registrado na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul sob o NIRE 43300045544 ("Companhia"), para fins do item 1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

26 de maio de 2023

José Castellanos Ybarra
Diretor Presidente

DECLARAÇÃO

Felipe Ostermayer , brasileiro, casado, engenheiro, titular do documento de identidade RG n° 8009855209, inscrito no CPF n° 405.281.110-00, com endereço profissional na Av. Carlos Gomes, n° 222, sala 701, Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 90.480-000, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da **Ventos do Sul Energia S.A.,** sociedade anônima com sede na Av. Carlos Gomes, n° 222, conj. 701, Parte 4, Bairro Auxiliadora, Porto Alegre/RS, CEP 90.480-000, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 06.016.348/0001-53, com seu estatuto social registrado na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul sob o NIRE 43300045544 ("Companhia"), para fins do item 1 do formulário de referência da Companhia, declara, na data deste formulário de referência, que: (i) reviu o formulário de referência; (ii) todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM n° 480, em especial aos arts. 14 a 19; e (iii) o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

26 de maio de 2023

Felipe Ostermayer
Diretor de Relações com Investidores

1.3 - Declaração do Diretor Presidente/relações Com Investidores

Não aplicável, considerando que não há novo ocupante do cargo de Presidente ou de Diretor de Relações com Investidores.

2.1/2.2 - Identificação E Remuneração Dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	385-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CPF/CNPJ	49.928.567/0010-02
Data Início	22/07/2019
Descrição do serviço contratado	(a) Auditoria das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. (b) Revisão limitada das informações financeiras intermediárias;
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	O montante da remuneração dos auditores independentes relativos aos serviços prestados relacionados à auditoria das demonstrações financeiras e revisão dos ITRs foi no montante de R$ 262.700,00
Justificativa da substituição	Não ocorreu substituição do auditor
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não há.

Nome responsável técnico	DATA_INICIO_ATUACAO	CPF	Endereço
Otávio Ramos Pereira	22/07/2019	736.380.800-72	Av. Carlos Gomes, 222, 2 andar, Boa Vista, Porto Alegre, RS, Brasil, CEP 90480-000, Telefone (051) 33278800, Fax (051) 33283031, e-mail: opereira@deloitte.com

2.3 - Outras Informações Relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a esta Seção foram divulgadas nos itens acima.

3.1 - Informações Financeiras - Individual

(Reais)	Exercício social (31/12/2022)	Exercício social (31/12/2021)	Exercício social (31/12/2020)
Patrimônio Líquido	43.916.946,13	39.685.736,18	34.047.446,34

3.2 - Medições Não Contábeis

3.2 - Medições não contábeis

(a) Informar o valor das medições não contábeis

A Companhia apresentou, nos últimos três exercícios sociais as seguintes medições não contábeis:

(Em milhões de reais)	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Receita Líquida	231,0	210,3	178,9
EBITDA	167,8	156,1	134,2
Margem EBITDA	**72,6%**	**74,2%**	**75,0%**

EBITDA

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) sigla em inglês para denominar o LAJIDA (Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações) não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS e está divulgada pela Companhia em consonância com a Instrução da CVM 527/12.

O EBITDA consiste no lucro líquido antes da despesa de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, do resultado financeiro líquido e das despesas com depreciação e amortização. A Margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pela receita operacional líquida.

O EBITDA e a Margem EBITDA não são medidores de performance conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS e não representam os fluxos de caixa dos períodos apresentados e, portanto, não são uma medida alternativa aos resultados ou fluxos de caixa. A Companhia utiliza o EBITDA e a Margem EBITDA como medidas de performance para efeito gerencial e para comparação com empresas similares. Embora o EBITDA possua um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Instrução CVM 527/12, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse padrão. Nesse sentido, caso o padrão instituído pela Instrução CVM 527/12 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA divulgado por outras sociedades.

3.2 - Medições Não Contábeis

(b) Conciliação entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

(Em milhões de reais)	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Resultado Líquido do Exercício	85,5	77,1	65,8
(+) IRPJ/CSLL corrente e diferido	44,0	39,7	33,9
(+) Resultado financeiro, líquido	17,8	19,1	14,6
(+) Depreciação e amortização	20,4	20,3	20,0
EBITDA	**167,8**	**156,1**	**134,2**
Receita operacional líquida	230,96	210,32	178,9
Margem EBITDA	72,6%	74,2%	75,0%

(c) Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia entende que o EBITDA e a Margem EBITDA são os indicadores mais apropriados para a correta compreensão da sua condição financeira da sua geração de caixa operacional, sendo usados internamente como medidas para avaliar produtividade e eficiência e demonstrando-se útil para avaliar o desempenho econômico-financeiro da Companhia. Além disso, a Companhia acredita que o EBITDA oferece aos investidores uma melhor compreensão da sua capacidade de cumprir com suas obrigações e sua capacidade de obter novos financiamentos para seus investimentos e capital de giro.

3.3 - Eventos Subsequentes às Últimas Demonstrações Financeiras

Item facultativo para emissor registrado na "Categoria B".

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

	2022	2021	2020
Regras sobre retenção de lucros	O estatuto social da Companhia previu, nos três últimos exercícios sociais, que 5% do lucro líquido do exercício social será destinado para a constituição da reserva legal, que não excederá o limite estipulado pelo parágrafo 1º do artigo. 193 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações).		
a.i) Valores de retenção de lucros	A Companhia reteve R$ 17.104.058,45 em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.	A Companhia não realizou retenção de lucros em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.	A Companhia não realizou retenção de lucros em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.
a.ii) Percentuais em relação aos lucros totais declarados	Para 2022 não houve retenção, porque a reserva legal atingiu o valor correspondente a 20% do capital social da Companhia.	Para 2021 não houve retenção, porque a reserva legal atingiu o valor correspondente a 20% do capital social da Companhia.	Para 2020 não houve retenção, porque a reserva legal atingiu o valor correspondente a 20% do capital social da Companhia.
Regras sobre distribuição de dividendos	O estatuto social da Companhia prevê que pelo menos 50% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, seja anualmente distribuído aos acionistas a título de dividendo obrigatório.		
Periodicidade das distribuições de dividendos	A política de distribuição de dividendos nos três últimos exercícios sociais seguiu a regra da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, de distribuição anual, podendo também a Companhia, por deliberação do Conselho de Administração, levantar balanço semestral e declarar dividendos à conta de lucro apurado nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.		

3.4 - Política de Destinação Dos Resultados

Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	(i) Em 15 de setembro de 2019, a Companhia celebrou o "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 2 (Duas) Séries, da Espécie com Garantia Real, Para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Ventos do Sul Energia S.A." com a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Agente Fiduciário"), conforme aditada ("Escritura de Emissão"), a qual prevê restrições à distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, pela Companhia, em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios caso: (a) a Companhia esteja inadimplente com qualquer das obrigações pecuniárias estabelecidas na Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantias (conforme definido na Escritura de Emissão); e/ou (b) a Companhia não esteja cumprindo o ICSD (conforme definido no item 10.1 f(i) deste Formulário de Referência) de, no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos).
Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	A Companhia não possuía, nos últimos três anos, uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.

3.5 - Distribuição de Dividendos E Retenção de Lucro Líquido

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item facultativo para emissor registrado na "Categoria B".

3.6 - Declaração de Dividendos À Conta de Lucros Retidos ou Reservas

Item facultativo para emissor registrado na "Categoria B".

3.7 - Nível de Endividamento

Exercício Social	Soma do Passivo Circulante e Não Circulante	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2022	304.612.267,73	Índice de Endividamento	6,93609858	

3.8 - Obrigações

Exercício social (31/12/2022)							
Tipo de Obrigação	Tipo de Garantia	Outras garantias ou privilégios	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Títulos de dívida	Garantia Real		54.670.514,33	116.956.163,33	0,00	0,00	171.626.677,66
Total			54.670.514,33	116.956.163,33	0,00	0,00	171.626.677,66

Observação

Títulos de Dívida: As informações referem-se às debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em 2 (duas) séries, da 1ª (primeira) emissão da Companhia, emitidas nos termos da Escritura de Emissão (“Debêntures”).

3.9 - Outras Informações Relevantes

Item facultativo para emissor registrado na "Categoria B".

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

(a) Riscos Relacionados à Companhia

A Companhia pode não ser bem sucedida na execução de sua estratégia de negócios, o que poderá afetar negativamente os planos da Companhia para aumentar sua receita e rentabilidade.

O desempenho financeiro da Companhia depende do sucesso na implementação de diversos elementos estratégicos que estão sujeitos a vários fatores, tais como (i) o crescimento do setor de energia eólica no Brasil, (ii) aumento da rentabilidade de suas operações, (iii) entrega e venda da energia oriunda de seus ativos a preços e condições contratados, e (iv) manutenção das licenças e autorizações relativas às Centrais de Geração Eólica ("CGEs"), incluindo suas autorizações junto à ANEEL e licenças ambientais junto aos órgãos ambientais municipais, estaduais e federais, o que pode não ocorrer. A revogação ou não renovação dessas licenças ou autorizações pode acarretar um efeito adverso relevante para as condições operacionais e financeiras da Companhia.

O setor de energia eólica é influenciado por diversos fatores, como condições climáticas e econômicas. Além disso, os resultados operacionais e financeiros da Companhia estão sujeitos as incertezas, contingências e riscos significativos. As CGEs em operação também podem ser afetadas em decorrência de ventos ou chuvas em intensidade diversa daquela considerada em estudos realizados na fase de projeto e de indisponibilidade de aerogeradores.

Assim, caso a Companhia não seja bem sucedida na execução de sua estratégia de negócios, os planos para aumentar sua receita e rentabilidade poderão ser afetados de forma adversa e relevante.

O nível de endividamento da Companhia, bem como os termos dos respectivos contratos financeiros, poderão afetar a Companhia adversamente.

A Escritura de Emissão celebrada pela Companhia para emitir as Debêntures determinam o cumprimento de obrigações, tais como a manutenção de ICSD (conforme definido no item 10.1 f(i) deste Formulário de Referência) igual ou superior a 1,2.

Qualquer descumprimento aos termos desses contratos pela Companhia poderá resultar na decisão de os credores declararem vencido antecipadamente as Debêntures, com a exigibilidade imediata da dívida, observados os prazos de cura estabelecidos, quando for o caso, independentemente de aviso, ou notificação dos debenturistas. Caso as garantias reais outorgadas pela Companhia no âmbito das Debêntures sejam executadas, em virtude do vencimento antecipado da dívida, os resultados e a condição financeira da Companhia podem sofrer um efeito adverso relevante. Para mais informações acerca das Debêntures emitidas pela Companhia, vide item 10 deste Formulário de Referência.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia não está segurada contra todos os riscos que envolvem suas atividades e as coberturas de seguro da Companhia podem ser inadequadas para cobrir todas as perdas e/ou responsabilidades que podem ser incorridas em suas operações.

A Companhia não está segurada contra todos os riscos, em todas as circunstâncias, aos quais a Companhia e seus ativos estão sujeitos. A Companhia mantém seguro apenas para riscos operacionais e responsabilidade civil geral. Entretanto, nem todas as perdas ou responsabilidades que possam ser incorridas nas operações da Companhia são passíveis de transferência de risco através de seguro. Além disso, a Companhia estará sujeita ao risco de não conseguir manter ou obter seguro do tipo e no montante desejado por preços razoáveis. Assim, se a Companhia incorrer em uma responsabilidade significativa para a qual não esteja inteiramente segurada, seu negócio, sua condição financeira e seus resultados operacionais podem ser negativamente afetados.

Decisões desfavoráveis ou a impossibilidade de se realizar depósitos judiciais ou de se prestar ou oferecer garantias em processos judiciais, administrativos ou arbitrais podem causar efeitos adversos nos negócios da Companhia, na sua condição financeira e nos seus resultados operacionais.

A Companhia é parte em processos nas esferas judicial, administrativa e arbitral, sendo estas ações de natureza indenizatória, trabalhista, fiscal, ambiental e regulatória. Em 31 de dezembro de 2022, contudo, a Companhia não era parte de forma direta em processos que poderiam causar impactos adversos relevantes às suas atividades, de modo que a Companhia não constituiu provisões para prováveis perdas judiciais. Isso porque nos processos em que figura como parte, a Companhia responde apenas de forma solidária, sendo a parte principal, empresas prestadoras de serviços terceirizados mediante Contratos de Prestação de Serviços firmados entre estas e a Companhia. Sob esse aspecto, não há como garantir que a Companhia não será parte em novos processos nos quais venham a ser proferidas eventuais decisões contrárias aos seus interesses, de modo a alcançar valores substanciais cujo pagamento deva ser efetuado pela Companhia, afetando a sua imagem ou impedindo a realização de negócios conforme inicialmente planejado, causando possíveis efeitos relevantes e adversos nos negócios da Companhia, na condição financeira e nos seus resultados operacionais.

Adicionalmente, é possível que a Companhia não tenha recursos necessários para realizar depósitos judiciais, bem como prestar ou oferecer garantias em processos judiciais ou administrativos que discutam valores substanciais. No entanto, a dificuldade na obtenção dos recursos necessários para a realização destes depósitos e da prestação ou oferecimento destas garantias, não suspenderá a cobrança dos valores decorrentes de eventuais condenações, podendo gerar, por consequência efeito adverso nos negócios, na condição financeira e nos resultados operacionais da Companhia.

Além disso, a Companhia não pode assegurar que a continuidade destas cobranças em razão da eventual incapacidade de realização destes depósitos ou da prestação ou do oferecimento destas garantias não gerará formalização de penhora livre de seus bens,

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

incluindo seus ativos financeiros, faturamento e até mesmo dificuldade na obtenção de suas certidões de regularidade fiscal, o que pode ter efeito adverso em suas operações, bem como no desenvolvimento de seus negócios.

Para informações adicionais relativas aos processos judiciais, administrativos e arbitrais envolvendo a Companhia e suas controladas, ver itens 4.3 a 4.6 e 10.9 deste Formulário de Referência.

A Companhia não é proprietária dos imóveis nos quais são instalados seus parques eólicos.

A Companhia não é proprietária de todos os imóveis nos quais são instalados seus empreendimentos, sendo locatárias ou arrendatárias em diversos de seus empreendimentos. Assim, há o risco de que a posse de qualquer dos imóveis locados pela Companhia seja interrompida, mediante, por exemplo, rescisão dos contratos de locação celebrados, em hipóteses específicas de inadimplemento contratual pela Companhia, evento que pode causar um efeito adverso relevante na capacidade operacional da Companhia, seus resultados e negócios.

A Companhia poderá enfrentar situações de potencial conflito de interesses em negociações com partes relacionadas

A Companhia possui instrumentos celebrados entre partes relacionadas, a exemplo de serviços de operação, manutenção e gestão da exploração dos parques instalados. A Companhia entende que tais circunstâncias podem gerar situações de potencial conflito de interesses entre Enerfin do Brasil Sociedade de Energia Ltda., Elecnor do Brasil Ltda. e Wobben Windpower Indústria e Comércio Ltda. Caso essas situações de conflito de interesses se configurem, poderá haver impacto negativo relevante para os negócios da Companhia e demais sociedades integrantes de seu grupo econômico, podendo causar, por sua vez, impacto adverso relevante a seus acionistas. Para mais informações sobre contratos celebrados entre partes relacionadas, vide itens 16.2 e 16.4 deste Formulário de Referência.

A Companhia pode não ser capaz de gerar toda a energia a que se obrigou contratualmente, o que pode ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia

A Companhia se obrigou por meio de contratos de compra e venda de energia elétrica a gerar e entregar montantes determinados de energia elétrica. A diferença entre a energia gerada e a energia entregue pode ser atrelada a ocorrência de ventos em intensidade diversa àquela considerada em estudos realizados na fase do projeto e indisponibilidade de aerogeradores em nível superior aos índices de desempenho contratados. Caso essas situações ocorram, a Companhia poderá ter uma redução de sua receita estimada, o que poderá afetar adversamente seu fluxo de caixa e resultados operacionais.

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

A Companhia possui responsabilidade objetiva por quaisquer danos causados a terceiros decorrentes da prestação inadequada de serviços elétricos.

Nos termos da legislação brasileira, a Companhia é objetivamente responsável pelos danos diretos e indiretos resultantes da prestação inadequada de serviços de geração e transmissão de energia elétrica. Ademais, os danos causados a consumidores finais em decorrência de interrupções ou distúrbios do sistema de geração e transmissão, nos casos em que essas interrupções ou distúrbios não são atribuídos a um membro identificável do Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS"), são compartilhados entre companhias de geração, transmissão e distribuição até que um responsável final seja definido. Dessa forma, os negócios, os resultados operacionais e a condição financeira da Companhia podem ser afetados adversamente caso a Companhia seja considerada responsável por quaisquer desses danos.

(b) Riscos Relacionados ao Controlador, direto ou indireto, ou Grupo de Controle

Não há riscos relevantes envolvendo o controlador da Companhia.

(c) Riscos Relacionados a Seus Acionistas

Não há riscos relevantes envolvendo a Companhia cuja fonte seja seus acionistas.

(d) Riscos Relacionados a Suas Controladas e Coligadas

A Companhia não possui controladas e coligadas.

(e) Riscos Relacionados a Seus Fornecedores

Aumentos significativos nos custos dos insumos necessários às atividades da Companhia podem afetar adversamente seus resultados operacionais.

A Companhia está sujeita a aumentos por parte de seus fornecedores e prestadores de serviços nos custos dos insumos e serviços necessários às suas atividades, tais como combustíveis, peças ou mão de obra. Tais aumentos fogem ao controle da Companhia e a Companhia não pode prever quando os preços destes insumos e serviços sofrerão reajustes. Caso não seja possível à Companhia repassar os aumentos dos custos de insumos e serviços aos clientes, sua condição financeira e resultados podem ser impactados adversamente.

A Companhia depende de prestadores de serviços terceirizados para atividades de operação e manutenção de suas centrais geradoras de energia elétrica e, caso

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

esses serviços não sejam adequadamente executados, a Companhia poderá sofrer um efeito adverso relevante.

A Companhia depende de contratos de prestação de serviços de operação e manutenção (O&M) de suas centrais geradoras de energia elétrica celebrados com terceiros. A incapacidade ou indisposição desses terceiros em prestar tais serviços contratados com a qualidade prevista nos respectivos contratos poderá: (i) provocar inadimplemento de suas obrigações regulatórias; (ii) colocar em risco a preservação de suas centrais geradoras; e (iii) reduzir temporariamente a disponibilidade/capacidade de geração de energia elétrica das suas centrais geradoras, consequentemente, sujeitando suas controladas e coligadas a uma menor receita de vendas e, potencialmente, ocasionando as penalidades (inclusive o pagamento de multas) previstas em seus contratos de longo prazo de compra e venda de energia elétrica, causando um efeito adverso relevante sobre a Companhia. Ademais, a rescisão desses contratos de serviço de O&M, ou a incapacidade da Companhia de renová-los ou de negociar novos contratos com outros prestadores de serviço qualificados, tempestivamente e com preços adequados, poderá causar um efeito adverso relevante sobre a Companhia.

A Companhia adquire equipamentos nacionais e importados, e contrata serviços terceirizados para a operação e manutenção dos seus empreendimentos. Caso os equipamentos não sejam entregues a contento ou os serviços não sejam executados de acordo com as especificações e padrões mínimos relativos a cada empreendimento, a Companhia poderá sofrer um impacto adverso em suas receitas e resultados operacionais.

A operação e manutenção dos empreendimentos da Companhia, e o fornecimento dos principais equipamentos é feito por fornecedores nacionais e internacionais, mas não há risco de taxas de câmbio, pois todos os materiais e serviços adquiridos são nacionalizados pelos fornecedores, se eventualmente necessário. O fornecimento e a prestação de serviços com qualidade eventualmente abaixo da prevista poderá gerar o não cumprimento de condições declaradas ao Poder Concedente a outorgas das centrais de geração de energia elétrica, e provocar desgaste acelerado de ativos de geração elétrica, acarretando custos adicionais e a diminuição da receita projetada, podendo causar um impacto adverso na situação financeira e nos resultados operacionais da Companhia. O mesmo poderá acontecer no caso de suspensão ou ruptura imprevista dos contratos de fornecimento de equipamentos ou de prestação de serviços.

Caso os prestadores de serviço contratados pela Companhia causem dano ambiental, a Companhia pode ser responsabilizada na esfera civil, solidariamente, por sua reparação.

A Política Nacional do Meio Ambiente determina que a responsabilidade civil pela degradação e pelos danos causados ao meio ambiente é objetiva e solidária, de modo que independe da culpa e alcança todos aqueles que direta e indiretamente estão relacionados com o dano. Diante disso, a Companhia pode ser responsabilizada, independentemente de culpa ou dolo, por danos ao meio ambiente causados por um dos terceirizados por ela

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

contratados, no exercício de atividades relacionadas aos seus empreendimentos e atividades como, por exemplo, no caso de dano ambiental relacionado com a destinação final dos resíduos gerados. Caso a Companhia seja considerada responsável por reparação ao meio ambiente, e se as medidas necessárias para tal reparação envolverem valores substanciais, as operações e os resultados da Companhia poderão ser relevante e negativamente impactados.

(f) Riscos Relacionados a Seus Clientes

A Companhia possui relevante concentração de clientes.

O mercado de energia eólica é responsável por 100% da receita da Companhia. Este mercado tem a participação de grandes empresas, sendo a Eletrobrás a única cliente da Companhia, a qual foi responsável por 100% da receita líquida da Companhia em 2021. Não há garantias de que a Companhia obterá junto à Eletrobrás ou outros possíveis clientes receita equivalente no futuro. Qualquer alteração na demanda de seus serviços de geração, transporte, transformação e distribuição de energia, pela Eletrobrás, pode ter um efeito adverso relevante sobre os resultados operacionais da Companhia.

Adicionalmente, as receitas da Companhia são predominantemente provenientes de contratos de venda de energia eólica celebrados entre a Companhia e a Eletrobrás. Não é possível garantir que esses contratos permanecerão vigentes por todo o prazo inicialmente neles determinados ou que, uma vez vencidos, serão renovados, o que pode afetar os resultados financeiros da Companhia.

(g) Riscos Relacionados aos Setores da Economia nos quais a Companhia Atue

A Companhia poderá não ser capaz de comercializar toda sua energia aos preços planejados

As autorizações que a Companhia detém para projetos já outorgados pela CGE’s e ANEEL não lhe conferem qualquer garantia presente ou futura de mercado consumidor favorável para a energia elétrica produzida. A atividade de venda de energia depende dos contratos de venda de energia celebrados com a Eletrobrás. Caso a Eletrobrás deixe adquirir a energia comercializada pela Companhia, sua atividade será negativamente impactada.

Ademais, a aquisição de energia pela Eletrobrás, bem como o preço da energia elétrica, está diretamente atrelado à variação de oferta e demanda usuais do mercado de energia. A produção de energia elétrica depende da demanda de consumidores nos próximos anos, sendo que tal aumento poderá não ocorrer ou poderá ser inferior ao inicialmente estimado pela Companhia. Além disso, caso haja um eventual aumento de demanda, em patamar igual ou superior ao estimado pela Companhia, tal demanda poderá ser atendida por concorrentes e/ou por outros projetos de geração de energia elétrica, tais como geração térmica e grandes hidrelétricas, dentre outros, que já estejam em operação ou venham a

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

entrar em operação no futuro. Consequentemente, as vendas de energia elétrica nos valores planejados estão sujeitas à existência de demanda correspondente.

(h) Riscos Relacionados à Regulação dos Setores em que a Companhia atue

A Companhia está sujeita a uma abrangente legislação e regulamentação impostas pelo governo federal e pela ANEEL, e não tem como prever o efeito de eventuais alterações na legislação ou na regulamentação ora em vigor sobre seus negócios e resultados operacionais.

A implementação da estratégia de crescimento da Companhia e a condução de suas atividades podem ser afetadas de forma adversa por ações governamentais, dentre as quais podem ser citadas:

• descontinuidade e/ou mudanças nos critérios para concessão de autorizações para exploração de potenciais eólicos;

• descontinuidade e/ou mudanças nos critérios para concessão de licenças ambientais por parte dos governos federal ou estadual, conforme o caso; e

• descontinuidade e/ou mudanças nos critérios para venda de energia elétrica no ambiente de contratação regulado ("ACR"), dentre outras alterações de natureza regulatória.

A incapacidade de cumprir com as disposições de leis e regulamentos aplicáveis atualmente ou que venham a ser aplicáveis no futuro às atividades da Companhia poderá sujeitá-la à imposição de penalidades, desde advertências até o pagamento de indenizações em valores significativos, à revogação de licenças ambientais ou suspensão da atividade comercial de usinas geradoras sob seu controle, o que poderá causar um efeito adverso relevante sobre a Companhia. Além disso, quaisquer alterações relevantes à regulação existente podem gerar custos significativos de controles internos e de outra natureza para cumprir com as novas regras, o que pode causar um efeito adverso relevante sobre a Companhia.

O Ministério de Minas e Energia possui discricionariedade para determinar os termos e condições aplicáveis às autorizações de uso de potenciais eólicos. Assim, é possível que a Companhia tenha que se sujeitar a aumentos não previstos em seus custos.

As autorizações para exploração de parques eólicos são outorgadas a título precário pela União Federal em caráter não oneroso. Atualmente, essas autorizações concedem o direito de exploração de potenciais eólicos por prazos iniciais determinados de até 35 (trinta e cinco) anos, bem como estabelecem direitos e obrigações, a exemplo do dever de este observar os prazos para obtenção das licenças ambientais e operação de usinas.

Além disso, a autorização estabelece a obrigação de se sujeitar à fiscalização da ANEEL, pagando taxa por tal fiscalização e outros possíveis encargos setoriais definidos em

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

regulamentação específica, além de se sujeitar a regulamentações da ANEEL e de autoridades responsáveis pelos licenciamentos ambientais. Essas características do ato de outorga permitem algum nível de discricionariedade da ANEEL para alterar unilateralmente certas condições das autorizações concedidas, incluindo custos de fiscalização, regras para comercialização futura da energia elétrica, aplicação de custos e encargos, despesas relacionadas a temas ambientais, inclusive o valor das tarifas que poderão ser cobrados pela Companhia. Os custos da Companhia poderão aumentar como resultado de alteração unilateral dos termos de autorização, afetando-a adversamente de forma relevante.

(i) Riscos Relacionados aos Países Estrangeiros onde a Companhia atue

Não há riscos envolvendo a Companhia com relação a países estrangeiros

(j) Riscos Relacionados a Questões Socioambientais

A Companhia está sujeita a extensa regulamentação ambiental.

A Companhia incorre em custos substanciais para cumprir regulamentações ambientais e ela pode se expor a responsabilidades caso não cumpra tais regulamentações ou em decorrência de movimentação de materiais perigosos pela Companhia.

A Companhia poderá ser responsabilizada por perdas e danos causados a terceiros, inclusive danos ambientais.

As atividades do setor de energia renovável podem causar impactos e danos ao meio ambiente. A legislação federal impõe responsabilidade objetiva àquele que causar, direta ou indiretamente, degradação ambiental. Portanto, o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados independe de dolo ou culpa. O pagamento de indenizações ambientais substanciais ou despesas relevantes incorridas para custear a recuperação do meio ambiente ou o pagamento de indenização a terceiros afetados poderá impedir a Companhia ou levá-la a retardar, redirecionar ou ter inviabilizados planos de investimento em outras áreas, o que poderá ter um efeito adverso relevante sobre a Companhia.

Com base na legislação aplicável, a responsabilidade ambiental pode ocorrer em três esferas distintas e independentes: civil, criminal e administrativa. Tais esferas são assim consideradas, porque uma única ação pode gerar responsabilidade ambiental nos três níveis, com a aplicação de sanções administrativas e criminais. Existe também a obrigação de reparar ou indenizar o dano causado. A ausência de responsabilidade em uma de tais esferas não isenta, necessariamente, o agente de responsabilidade nas demais.

Caso a Companhia ou suas subsidiárias causem ou de outra forma sejam consideradas responsáveis por algum dano ambiental, conforme acima, a Companhia poderá sofrer um efeito adverso em seus resultados e negócios.

Riscos relacionados às condições econômicas e políticas no Brasil poderão ter um efeito adverso nos negócios da Companhia.

A economia brasileira tem se caracterizado por frequentes e por vezes drásticas intervenções do governo, e também por ciclos econômicos instáveis. O governo brasileiro tem alterado frequentemente as políticas monetárias, tributárias, de crédito, tarifárias e

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

outras políticas para influenciar o curso da economia no País. Por exemplo, por vezes, as ações do governo brasileiro para controlar a inflação envolveram o controle salarial e de preços, o congelamento de contas bancárias, a imposição de controles cambiais e limites sobre as importações. A Companhia não tem controle e não pode prever as políticas ou ações que o governo brasileiro poderá adotar no futuro. Os negócios, situação financeira e resultados operacionais da Companhia poderão vir a ser prejudicados de maneira relevante por modificações nas políticas ou normas que envolvam ou afetem certos fatores, tais como:

- inflação;
- movimentos cambiais;
- políticas de controle cambial;
- flutuação das taxas de juros;
- liquidez dos mercados internos de empréstimos, de capitais e financeiros;
- expansão ou retração da economia brasileira, conforme medida pelos índices do Produto Interno Bruto;
- greves de portos, alfândegas e autoridades fiscais;
- alteração na regulamentação aplicável ao setor de transporte;
- aumento do preço de petróleo e outros insumos;
- instabilidade dos preços;
- políticas tributárias; e
- outros eventos políticos, sociais e econômicos no Brasil ou que afetem o País.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do Governo Federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para aumentar a volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro e dos valores mobiliários emitidos no exterior por companhias brasileiras.

Riscos relacionados à inflação

No passado, o Brasil sofreu com taxas de inflação extremamente altas e, consequentemente, adotou políticas monetárias que resultaram em uma das maiores taxas reais de juros do mundo. Entre janeiro de 2004 e dezembro de 2010, a SELIC variou entre

4.1 - Descrição Dos Fatores de Risco

8,65% e 19,77% ao ano. No ano de 2011, a SELIC variou entre 10,66% a 12,42% ao ano, em 2012 de 7,11% a 10, 90% ao ano, em 2013 de 7,11% a 9,90% ao ano, em 2014 de 9,90% a 11,65% ao ano e em 2015 de 11,65% a 14,15% ao ano. A inflação e as medidas adotadas pelo governo brasileiro para combatê-la, principalmente por meio do Banco Central, tiveram e podem voltar a ter efeitos consideráveis sobre a economia brasileira e sobre os negócios da Companhia. O Brasil pode passar por aumentos relevantes da taxa de inflação no futuro. Pressões inflacionárias podem levar à intervenção do Governo Federal sobre a economia, incluindo a implementação de políticas governamentais que podem ter um efeito adverso para a Companhia e seus clientes. Ademais, se o Brasil experimentar altas taxas de inflação, a Companhia pode não ser capaz de reajustar os preços de seus produtos de maneira suficiente para compensar os efeitos da inflação em sua estrutura de custos, o que pode ter um efeito adverso para a Companhia.

Eventos e percepção de risco em outros países podem ter impacto negativo na economia brasileira e no preço de mercado dos títulos e valores mobiliários de emissores do Brasil, bem como a instabilidade cambial e as oscilações do valor do Real frente ao valor do Dólar podem prejudicar a economia brasileira.

O valor de mercado de títulos de emitentes brasileiros é afetado pelas condições econômicas e de mercado em outros países, incluindo os Estados Unidos, países europeus, assim como em outros países da América Latina e do mercado emergente. Apesar de as condições econômicas na Europa e Estados Unidos serem diferentes significativamente das condições econômicas no Brasil, as reações dos investidores aos desenvolvimentos nesses outros países podem ter um efeito adverso sobre o valor de mercado de títulos de emissores brasileiros.

Na medida em que as condições de mercados globais ou da economia se deteriorarem, as sociedades brasileiras podem ter seus negócios adversamente afetados. A fraqueza na economia global foi marcada por, entre outros fatores adversos, níveis mais baixos de consumo e confiança corporativa, diminuição de investimento e de gastos pelos consumidores, aumento do desemprego, diminuição da receita e de valores de ativos em muitas áreas, redução da taxa de crescimento da China, volatilidade da moeda e disponibilidade de crédito e acesso ao capital limitados. Os desenvolvimentos ou as condições econômicas em outros países de mercado emergente afetaram significativamente, em determinados momentos, a disponibilidade de crédito para sociedades brasileiras e resultaram em retiradas de fundos consideráveis do Brasil, diminuindo, assim, o valor de investimentos estrangeiros no Brasil.

A Companhia não tem qualquer controle ou consegue prever os efeitos e consequências desses fatos. Ademais, tais eventos, assim como outras crises e formas de instabilidade política, podem afetar adversamente e de forma relevante os negócios e condições financeiras da Companhia.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado, tais como mudanças nas taxas de câmbio, nas taxas de juros e de preços. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros, uma vez que obtêm empréstimos tanto com taxas de juros prefixadas como pós-fixadas. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de um "mix" apropriado de empréstimos a taxas de juros prefixadas e pós-fixadas.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos. Na elaboração dessa análise de sensibilidade, a Companhia adotou as seguintes premissas, definidas na Instrução CVM n.º 475/08:

- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia, e que é referenciado por fonte externa independente (Cenário I);

- Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente); e

- Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia.

A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação desses cenários no resultado financeiro para os próximos 12 meses seria a seguinte:

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Valores expressos em R$ mil

Risco	Instrumentos	Cenário I - Cenário Provável	Cenário II - Variação de 25%	Cenário III - deterioração de 50%
	Ativo Financeiro			
Baixa do CDI	Aplicações Financeiras:	51.832	51.832	51.832
	Taxa anual estimada do CDI para 2022	12,37%	9,28%	6,19%
	Efeito anual nas aplicações financeiras			
	Perda	-	(1.603)	(3.206)
		-	(1.603)	(3.206)
	Passivo Financeiro			
Alta do CDI	Debêntures Série 1	115.382	115.382	115.382
	Taxa anual estimada de CDI + 0,75%	13,12%	12,65%	19,31%
	Efeito anual nas Debêntures			
	Perda	-	542	(7.136)
	Passivo Financeiro			
Alta do IPCA	Debêntures Série 2	56.245	56.245	56.245
	Taxa anual estimada de IPCA + 3,25%	8,35%	9,63%	10,90%
	Efeito anual nas Debêntures			
	Perda	-	(717)	(1.434)

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contida no processo utilizado na preparação dessas análises.

Risco de Liquidez

A Companhia monitora seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado. Os valores reconhecidos em 31 de dezembro de 2022 se aproximam dos valores de liquidação das operações, incluindo a estimativa de pagamentos futuros de juros.

4.2 - Descrição Dos Principais Riscos de Mercado

Valores expressos em R$ mil

	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Total 2022
Passivos					
Fornecedores	1.346	-	-	-	1.346
Contas a pagar - Eletrobras	35.168	35.168	-	-	70.336
Partes Relacionadas e dividendos	44.095	-	-	-	44.095
Outras obrigações	817	-	-	-	817
Debentures	35.543	35.543	142.172	-	213.258
	116.969	**70.711**	**142.172**	**-**	**329.852**

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de clientes ou contraparte em instrumento financeiro, resultantes da falha desses em cumprir com suas obrigações contratuais.

Valores expressos em R$ mil

Exposição ao risco de crédito	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e Equivalente de Caixa (a)	16.339	11.995	22.240
Aplicações financeiras (a)	36.044	34.155	26.194
Contas a Receber Geração de Energia (b)	41.376	31.621	18.387
Total dos ativos financeiros	**93.759**	**77.771**	**66.821**

a) A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.

b) Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. A Companhia considera bastante reduzido o risco desse crédito, visto que os contratos firmados com a Eletrobras estabelecem um prazo de 20 anos e encerram-se em 2026.

4.3 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos E Relevantes

Para os fins deste item 4.3, a Companhia entende que não existem processos judiciais e administrativos de natureza civil, tributária, regulatória, ambiental e trabalhista considerados relevantes em que a Companhia figura como parte, de modo a possivelmente (i) impactar de forma significativa o patrimônio ou os seus negócios; e/ou (ii) individualmente impactar negativamente a imagem da Companhia.

4.4 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Não Sigilosos Cujas Partes Contrárias Sejam Administradores, Ex-administradores, Controladores, Ex-controladores ou Investidores

Item facultativo para emissor registrado na "Categoria B".

4.5 - Processos Sigilosos Relevantes

Na data deste Formulário de Referência, não há processos relevantes que tramitam em segredo de justiça em que a Companhia seja parte.

4.6 - Processos Judiciais, Administrativos ou Arbitrais Repetitivos ou Conexos, Não Sigilosos E Relevantes em Conjunto

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não é parte em processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos de forma direta, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, não sigilosos e relevantes em conjunto.

4.7 - Outras Contingências Relevantes

Não há outras contingências relevantes que não tenham sido divulgadas nos demais itens desta Seção 4.

4.8 - Regras do País de Origem e do País em Que os Valores Mobiliários Estão Custodiados

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui sede no Brasil e os valores mobiliários por ela emitidos se encontram custodiados no país.

5.1 - Política de Gerenciamento de Riscos

Item facultativo para emissor registrado na "Categoria B".

5.2 - Política de Gerenciamento de Riscos de Mercado

Item facultativo para emissor registrado na "Categoria B".

5.3 - Descrição Dos Controles Internos

(a) principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Item facultativo para emissor registrado na "Categoria B".

(b) estruturas organizacionais envolvidas

Item facultativo para emissor registrado na "Categoria B".

(c) forma de supervisão da eficiência dos controles internas pela administração da Companhia, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Item facultativo para emissor registrado na "Categoria B".

(d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado à Companhia pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Em correspondência recebida dos auditores independentes da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, foi identificado deficiência de controles internos relacionada ao ambiente de tecnologia da informação da Companhia:

(a) embora a Companhia tenha uma sua política a realização de procedimento semestral para revisão dos acessos ativos no sistema Tecnicon Business Suite, foi verificado que não são gerados documentos formais que permitam uma avaliação dos procedimentos realizados bem como do resultado da revisão de acesso e das ações a serem tomadas a partir desses resultados;(b) inexistência de política que defina parâmetros mínimos obrigatórios para escolha de senhas. Não há critérios formais mínimos definidos que devem ser seguidos para as aplicações e bancos de dados que fazem parte do escopo desta auditoria. (c) O controle de acessos privilegiados do banco de dados Firebird da aplicação Tecnicon é gerenciado pelo fornecedor da aplicação e que por definição do fornecedor, acessos diretos ao banco de dados da aplicação não são permitidos. No entanto, identificamos inexistência de evidência que comprove que os usuários com acesso privilegiado ao banco de dados Firebird são adequados.

Os auditores independentes recomentam a revisão e aprimoramento dos controles internos em relação as deficiências relacionadas nos itens (a) e (b) acima, referente ao ambiente informatizado, incluindo formalização dos procedimentos de revisão de acessos sistêmicos e de políticas para requisitos mínimos na definição de senhas.

(e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Com relação aos itens classificados como "deficiência de controle interno", a Companhia informa que está no processo de análise da adoção das recomendações indicadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente.

5.4 - Programa de Integridade

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

Embora não possua um Programa de Integridade próprio, a Companhia adere ao Código de Ética do Grupo Elecnor, que se aplica a todo o Grupo ao qual a Companhia faz parte e estabelece entre as suas diretrizes o comportamento a ser adotado por todos os seus colaboradores, promovendo valores éticos e baseados no comprometimento da Administração com o cumprimento de todas as normas aplicáveis às atividades inerentes à Companhia. O Grupo Elecnor aplica a tolerância zero perante as más práticas de modo geral e, especialmente, perante comportamentos que não estejam em conformidade com as normas em vigor nos países em que atua, pautando a conduta de seus colaboradores em princípios com foco na integridade, na sujeição à legalidade sem exceções, na diligência, no profissionalismo, na prevenção de riscos e na Responsabilidade Social.

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

O Código de Ética não prevê procedimentos ou mecanismos específicos para a adequação ao perfil e riscos identificados pela Companhia, sendo orientado apenas por princípios éticos.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

Não aplicável na medida em que o Código de Ética não prevê procedimentos ou mecanismos específicos para a adequação ao perfil e riscos identificados pela Companhia, sendo orientado apenas por princípios éticos

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

O Código de ética não foi formalmente aprovado pela Companhia, sendo adotado por ela em função de fazer parte do Grupo Elecnor.

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

A Companhia não dispõe de canal de denúncia.

5.4 - Programa de Integridade

c. se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

A Companhia não se envolveu em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias e, portanto, não adota procedimentos que visem a identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

A Companhia se submete ao Código de Ética do Grupo Elecnor vide item 5.4 "a", que possui suas regras e políticas voltadas à prevenção de fraudes e ilícitos contra a Administração Pública.

5.5 - Alterações significativas

Item facultativo para emissor registrado na "Categoria B".

5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação ao item 5 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do Emissor, Prazo de Duração E Data de Registro na Cvm

Data de Constituição do Emissor	30/09/2003
Forma de Constituição do Emissor	Sociedade Anônima
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	12/09/2019

6.3 - Breve Histórico

A Companhia foi constituída em 30 de setembro de 2003, sob a forma de sociedade limitada, sob a denominação Enerfín do Brasil – Produtora de Energia Ltda, com prazo indeterminado, data em que suas operações tiveram início. Em 9 de maio de 2005, através de transformação do tipo societário de limitada para sociedade anônima, teve sua denominação social alterada para Ventos do Sul Energia S.A. Em 12 de setembro de 2019, a Companhia foi registrada na CVM sob o código 24767, como sociedade anônima de capital aberto, categoria B.

A Companhia tem sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, e tem por objeto social a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica proveniente de fonte eólica para fins de comércio em caráter permanente, como Produtor Independente de Energia, sem constituir-se em empresa concessionária de serviço público.

A energia elétrica proveniente de fonte eólica é gerada pela Companhia através dos seus Parques Eólicos situados no município de Osório, no Estado do Rio Grande do Sul, contratados no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa).

A Companhia possui atualmente um portifólio com 150 MW de parques eólicos com capacidade instalada própria, distribuídas em 3 Parques Eólicos denominados Parque Eólico de Osório, Parque Eólico de Sangradouro e Parque Eólico dos Índios. Cada parque eólico é composto por 25 aerogeradores com capacidade individual de 2MW/h. Os 3 parques juntos totalizam 75 aerogeradores em operação.

O Grupo Enerfín detém o controle acionário da Companhia com 80% do seu capital social total e votante (112.771.20 ações), por meio da companhia Rio Sul 1 Energia Ltda., que por sua vez é controlada por Rio Grande Energias Renováveis Ltda, controlada por Enerfín Enervento Exterior, S.L.U., controlada pela Enerfín Sociedad de Energia S.L.U., que por sua vez é controlada pela Elecnor S.A. A parcela remanescente do capital social da Ventos do Sul Energia é detida pelos fabricantes de aerogeradores, Wobben Windpower Indústria e Comércio Ltda. que detém 10% do capital social da (14.096.400 ações) e pela CEEE-G que detém os outros 10% do capital social da Companhia (14.096.400 ações).

No Brasil, o Grupo Elecnor atua no setor elétrico, destacando-se na construção e operação de linhas de transmissão de energia elétrica, na construção e operação de parques eólicos, infraestruturas de telecomunicações, tecnologia da informação e no transporte e distribuição de gás natural.

Por fim, cabe ressaltar que a Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico, e os únicos projetos que é detentora são os parques eólicos já informados.

6.5 - Informações de Pedido de Falência Fundado em Valor Relevante ou de Recuperação Judicial ou Extrajudicial

Até a data deste Formulário de Referência, não houve pedido de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.6 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevante em relação ao item 6 que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

7.1 - Descrição Das Principais Atividades do Emissor E Suas Controladas

A Companhia desenvolve a atividade de geração de energia elétrica limpa e renovável de fonte eólica. A Companhia atua através de três empreendimentos eólicos de sua titularidade, quais sejam (i) EOL Osório, (ii) EOL Sangradouro e (iii) EOL dos Índios (em conjunto, "Parques Eólicos"). Cada um dos Parques Eólicos dispõe de capacidade instalada de 50 MW.

Os parques eólicos compõem o Complexo Eólico de Osório, implantados no município de Osório, no Estado do Rio Grande do Sul e se encontram em operação desde o ano 2006.

A viabilização dos Parques Eólicos pela Companhia ocorreu no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas (Proinfa) criado pela Lei nº 10.438/2002, conforme alterada. O Proinfa tem o objetivo de aumentar a participação da energia elétrica produzida por empreendimentos concebidos com base em fontes eólica, biomassa e pequenas centrais hidrelétricas (PCH) no Sistema Elétrico Interligado Nacional (SIN). O intuito do Proinfa é a promoção da diversificação da Matriz Energética Brasileira, buscando alternativas para aumentar a segurança no abastecimento de energia elétrica, além de permitir a valorização das características e potencialidades regionais e locais. As atividades desenvolvidas pela Companhia, portanto, se enquadravam, e continuam a se enquadrar, dentre os objetivos estabelecidos pelo Proinfa.

A Companhia investe exclusivamente na geração, transmissão e distribuição de energia elétrica de fonte eólica e acredita que essa característica a diferencia ao possibilitar a redução dos riscos e despesas relacionados à prospecção de projetos pré-operacionais garantindo sua previsibilidade.

A energia produzida nos Parques Eólicos é vendida de acordo com Contrato de Compra e Venda de Energia firmado com a Eletrobras, e entregue na subestação Osório 3. A Companhia firmou contrato com o ONS, a fim de obter o uso da Rede Básica, utilizando a prestação dos Serviços de Transmissão pelas Concessionárias de Transmissão.

A Companhia entende que o setor de energia renovável brasileiro possui grande espaço para consolidação e considera estar bem posicionada para participar na geração de energia renovável nos próximos anos em função do que acredita ser seu robusto desempenho em operações e dos investimentos realizados no setor na região.

A Companhia acredita que seu modelo de negócios apresenta uma equação de risco diferenciada, na medida em que foca na geração, transmissão e distribuição da energia produzida por seus ativos operacionais, que já superaram sua fase de implantação, eliminando os riscos relacionados a projetos em desenvolvimento e a projetos em implantação. A Companhia não assume riscos relacionados à prospecção e desenvolvimento de projetos, não realiza investimentos em projetos pré-operacionais e não executa a construção de novos empreendimentos.

A Companhia não possui participação em outras sociedades que sejam suas controladas.

7.1.a - Informações específicas de sociedades de economia mista

Não se aplica, pois a Companhia não é uma sociedade de economia mista.

7.2 - Informações Sobre Segmentos Operacionais

Item facultativo para emissor registrado na "Categoria B".

7.3 - Informações Sobre Produtos E Serviços Relativos Aos Segmentos Operacionais

Item facultativo para emissor registrado na "Categoria B".

7.4 - Clientes Responsáveis Por Mais de 10% da Receita Líquida Total

Item facultativo para emissor registrado na "Categoria B".

7.5 - Efeitos Relevantes da Regulação Estatal Nas Atividades

Item facultativo para emissor registrado na "Categoria B".

7.6 - Receitas Relevantes Provenientes do Exterior

Item facultativo para emissor registrado na "Categoria B".

7.7 - Efeitos da Regulação Estrangeira Nas Atividades

Item facultativo para emissor registrado na "Categoria B".

7.8 - Políticas Socioambientais

Item facultativo para emissor registrado na "Categoria B".

7.9 - Outras Informações Relevantes

Todas as informações relevantes relacionadas a este Formulário de Referência foram descritas nos itens anteriores.

8.1 - Negócios Extraordinários

Não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia e que não tenham sido mencionadas no item 15.7 deste Formulário de Referência nos três últimos exercícios sociais.

8.2 - Alterações Significativas na Forma de Condução Dos Negócios do Emissor

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia nos três últimos exercícios sociais.

8.3 - Contratos Relevantes Celebrados Pelo Emissor E Suas Controladas Não Diretamente Relacionados Com Suas Atividades Operacionais

A Companhia não celebrou nenhum contrato relevante com controladas que não fosse diretamente relacionado com suas atividades operacionais nos três últimos exercícios sociais.

8.4 - Outras Inf. Relev. - Negócios Extraord.

Todas as informações relevantes relacionadas a este Formulário de Referência foram descritas nos itens anteriores.

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes - Outros

Item facultativo para emissor registrado na "Categoria B".

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.a - Ativos Imobilizados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item facultativo para emissor registrado na "Categoria B".

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.b - Ativos Intangíveis

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item facultativo para emissor registrado na "Categoria B".

9.1 - Bens do Ativo Não-circulante Relevantes / 9.1.c - Participações em Sociedades

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item facultativo para emissor registrado na "Categoria B".

9.2 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a esta Seção 9.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 deste Formulário de Referência são derivadas das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período compreendido entre 1 de janeiro do 2020 e 31 de dezembro do 2022, as quais foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB", e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela CVM.

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários dos Diretores, ora apresentadas, traduzem a visão e percepção dos Diretores sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar as demonstrações financeiras para (i) os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020; (ii) as mudanças nas linhas principais dessas demonstrações financeiras de período para período; e (iii) os principais fatores que explicam tais alterações.

Os termos "AH" e "AV" constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha nas demonstrações financeiras ao longo de um período de tempo. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis para os resultados das operações da Companhia, ou em relação ao ativo total nas datas aplicáveis para a demonstração do balanço patrimonial.

(a) Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

A Companhia é uma sociedade anônima com sede na Av. Carlos Gomes, 222 - Sala 701, cidade de Porto Alegre/RS, que em 9 de maio de 2005, através de transformação do tipo jurídico de sociedade limitada para sociedade anônima, sucedeu a empresa Enerfín do Brasil - Produtora de Energia Ltda., constituída em 30 de setembro de 2003. Em 12 de setembro de 2019, a Companhia foi registrada na CVM sob o código 24767, como sociedade anônima de capital aberto, categoria B. A Companhia tem por objeto principal a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica proveniente de energia eólica para fins de comércio em caráter permanente como produtor independente de energia sem constituir-se em concessionária de serviço público. A Companhia apresenta uma situação financeira equilibrada, baseado em um lucro líquido que, nos três últimos exercícios, atingiu um valor de R$ 85.520 mil em 31 de dezembro de 2022, R$ 77.058 mil em 31 de dezembro de 2021 e R$ 65.781 mil em 31 de dezembro de 2020. A Companhia possuiu saldo de caixa, bancos e aplicações financeiras de R$ 52.383 mil em 31 de dezembro de 2022, R$ 46.150 mil em 31 de dezembro de 2021 e R$ 48.434 mil em 31 de dezembro de 2020. O índice de endividamento da Companhia foi de 2,72 em 31 de dezembro de 2022, 4,34 em 31 de dezembro de 2021 e 6,14 em 31 de dezembro de 2020. As receitas líquidas dos três últimos exercícios sociais apresentaram o valor de R$ 230.960 mil em 31 de dezembro de 2022, R$ 210.322 mil em 31 de dezembro de 2021 e R$ 178.885 mil em 31 de dezembro de 2020. O EBITDA apurado da Companhia foi R$ 167,7 milhões para 2022, R$ 156,1 milhões para 2021 e R$ 134,2 milhões para 2020, enquanto a Margem EBITDA foi 72,6%, 74,2% e 75,0% respectivamente.

b. Estrutura de Capital:

A Companhia administra seu capital para assegurar que as atividades possam continuar no seu curso normal. A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido (calculado como a soma dos financiamentos deduzidos pelo caixa e saldos de bancos) e pelo patrimônio líquido (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados). O valor

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

da dívida líquida nos três últimos exercícios sociais foi R$ 119.244 mil em 31 de dezembro de 2022, R$ 172.223 mil em 31 de dezembro de 2021 e R$ 208.929 mil em 31 de dezembro de 2020.

O patrimônio líquido da Companhia aumentou no comparativo dos últimos três exercícios, considerando que em 31 de dezembro de 2022 o saldo do patrimônio líquido era R$ 43.917 mil, em 31 de dezembro de 2021 o saldo do patrimônio líquido era R$ 39.686 mil e em 31 de dezembro de 2020 o saldo do patrimônio líquido da Companhia era de R$ 34.047 mil.

A estrutura de capital foi de 13% de capital próprio no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, 11% de capital próprio no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e 9% de capital próprio no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Considerado o Passivo Total da Companhia (Passivo Circulante e Passivo Não Circulante), verifica-se que o endividamento da Companhia é, em sua maioria, de Longo Prazo, conforme tabela abaixo:

Valores expressos em R$ mil

Exercício	2022	%	2021	%	2020	%
Passivo Circulante	176.814	58%	134.989	43%	114.230	34%
Passivo Não Circulante	127.798	42%	178.442	57%	218.782	66%
Total	**304.612**	**100%**	**313.431**	**100%**	**333.012**	**100%**

A Companhia entende que, em 31 de dezembro de 2022, a estrutura de capital era adequada, considerando a atual estratégia de negócios.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

O saldo de endividamento financeiro da Companhia era de R$ 171.627 mil em 31 de dezembro de 2022, R$ 218.373 mil em 31 de dezembro de 2021 e R$ 257.363 mil em 31 de dezembro de 2020.

A geração de caixa líquido pelas atividades operacionais era de R$ 134.665 mil em 31 de dezembro de 2022, R$ 111.909 mil em 31 de dezembro de 2021 e R$ 57.179 mil em 31 de dezembro de 2020.

Os investimentos da Companhia são financiados por meio de dívidas de longo prazo contraídas junto a instituições financeiras.

A Companhia desenvolve projeções econômico-financeiras, abrangendo períodos mensais para os anos seguintes à sua elaboração. As projeções econômico-financeiras são avaliadas pela administração da Companhia que, anualmente, as leva em consideração na aprovação do orçamento empresarial para o próximo exercício.

A Companhia monitora permanentemente o volume de recursos a serem liquidados por meio de controle de fluxo de caixa, objetivando reduzir o custo de captação e a aderência à política de aplicações financeiras, mantendo um nível de caixa mínimo.

De acordo com os dados da Companhia, os Diretores entendem que a situação atual da Companhia está em conformidade com outras companhias atuantes no ramo de energia, respeitando a capacidade de pagamento de suas dívidas, uma vez que é possível identificar a redução constante da dívida no período analisado.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Conforme demonstrado nos itens "a" e "b" deste item 10.1, a Companhia não apresentava, em 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, quaisquer deficiências de liquidez. A principal fonte de financiamento para capital de giro e para investimento em ativos não circulantes da Companhia é a sua própria geração de caixa operacional.

Atualmente a Companhia não apresenta necessidades de aquisição de novos ativos não-circulantes e o capital de giro não é significativo em comparação com a capacidade de geração de caixa líquido das atividades operacionais.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Tendo em vista a situação financeira e estrutura de capital da Companhia, os diretores da Companhia não antecipam que a Companhia possa ter qualquer deficiência de liquidez na medida em que o nível de endividamento da Companhia vem se mantendo em um patamar condizente com o fluxo de caixa.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Milhares de R$, exceto os índices	2022	2021	2020
Dívida	171.627	218.373	257.363
Caixa, Equivalentes, aplicações financeiras e aplicações vinculadas	52.383	46.150	48.434
Dívida líquida	**119.244**	**172.223**	**208.929**
Patrimônio líquido	43.917	39.686	34.047
Índice de endividamento líquido (a)	**2,72**	**4,34**	**6,14**

(a) O índice de endividamento financeiro líquido é calculado dividindo-se a Dívida Líquida pelo Patrimônio Líquido.

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Valores expressos em de R$ mil

Financiamento	Encargos	Vencimento	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2020
DEBÊNTURES - 1ª Série	CDI + 0,75%	2025	115.382	148.103	178.818
DEBÊNTURES - 2ª Série	IPCA + 3,25%	2025	56.245	70.270	78.545

Descrição dos Contratos Financeiros Relevantes

Debêntures

Em 30 de outubro de 2019 a Companhia emitiu as Debêntures, no valor total de R$ 325.000 mil, sendo este o único financiamento vigente da Companhia cujo montante seja considerado relevante.

O valor total captado com as Debêntures foi de R$ 325.000 mil e o recurso entrou na Companhia no dia 30 de outubro de 2019. Os valores captados foram destinados à

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

liquidação integral de todo e qualquer passivo financeiro da Companhia, sendo a diferença positiva destinada à recomposição do caixa da Companhia para condução de suas atividades.

Foram emitidas 325.000 (trezentas e vinte e cinco mil) Debêntures, com valor nominal unitário de R$ 1 mil (mil reais), sendo (i) 227.000 (duzentas e vinte e sete mil) Debêntures referentes à 1ª série, com juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI + 0,75% ao ano; e (ii) 98.000 (noventa e oito mil) Debêntures referentes à segunda série, com juros remuneratórios correspondentes a IPCA + 3,25% ao ano. A amortização das debêntures e o pagamento de juros remuneratórios, ocorrerão semestralmente nos meses de dezembro e junho, sendo que a primeira amortização ocorreu em dezembro de 2019. Em dezembro de 2022 foi efetivada a sétima amortização de debentures.

As Debêntures são garantidas por (i) alienação fiduciária da totalidade das ações da Companhia, outorgada por seus acionistas; (ii) alienação fiduciária de equipamentos de titularidade da Companhia; e (iii) cessão fiduciária de recebíveis de titularidade de titularidade da Companhia.

Em linha com as práticas de mercado, a Companhia assumiu determinadas obrigações sob pena de vencimento antecipado das Debêntures, dentre as quais:

(i) não distribuir dividendos e/ou pagamento de juros sobre capital próprio, em valor superior ao do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, e os juros sobre capital próprio imputados aos dividendos obrigatórios caso: (a) a Companhia esteja inadimplente com qualquer das obrigações pecuniárias estabelecidas na Escritura de Emissão e/ou nos Contratos de Garantias (conforme definido na Escritura de Emissão); e/ou (b) a Companhia não esteja cumprindo o ICSD (conforme abaixo definido) de, no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos);

(ii) cumprir com o índice financeiro do ICSD de, no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos);

(iii) não realizar cisão, fusão, incorporação, aquisição, constituição ou qualquer forma de reorganização societária que implique (a) alteração de controle da Companhia, bem como (b) a participação da Companhia em outras sociedades, para a qual não tenha sido obtida a prévia e expressa anuência dos titulares das Debêntures;

(iv) não sofrer qualquer mudança, transferência ou cessão, direta ou indireta, do controle acionário da Companhia, de forma direta ou indireta, sem a prévia e expressa anuência dos titulares das Debêntures;

(v) não contrair novas dívidas e/ou emitir de valores mobiliários (exceto por emissões de ações) em valor individual ou agregado superior a R$1.000.000,00 (um milhão de reais), sem a prévia anuência dos titulares das Debêntures; e

(vi) não ceder, vender, alienar e/ou qualquer forma de transferir ativos, pela Companhia, por qualquer meio, de forma gratuita ou onerosa.

Para fins do disposto acima, o termo "ICSD" significa o índice de cobertura do serviço da dívida, calculado de acordo com a divisão do Fluxo de Caixa Operacional pelo Serviço da Dívida, sendo:

> Fluxo de Caixa Operacional: EBITDA - (Imposto de Renda e Contribuição Social (pagos) + Variação da Necessidade de Capital de Giro + CAPEX); e
>
> Serviço de Dívida: pagamento de principal, correção monetária e juros devidos das dívidas onerosas da Companhia.

O ICSD será calculado pela Companhia e acompanhado anualmente pelo Agente Fiduciário, com base nas demonstrações financeiras anuais divulgadas pela Companhia. O ICSD para 2022 foi 1,44.
Até a data de publicação deste Formulário de Referência, a Companhia cumpria todas as obrigações assumidas na Escritura de Emissão.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Para mais informações, *vide* cópia da Escritura de Emissão disponibilizada na página mundial de computadores da Companhia ou da CVM.

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia não possui até a presente data relações de longo prazo com outras instituições financeiras.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações registradas no passivo exigível acontecerá de acordo com a lei 11.101 de 2005: (i) obrigações sociais e trabalhistas; (ii) impostos a recolher; (iii) arrendamento mercantil (garantia real); (iv) empréstimos e financiamentos; (v) créditos quirografários; (vi) créditos subordinados; e (vii) dividendos e juros sobre capital próprio.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e a alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Os termos dos contratos de empréstimo e financiamento relevantes estão descritos no item 10.1 f (i) acima.

g. Limites de utilização dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Todos os recursos contraídos por meio de empréstimo e financiamento descritos no item 10.1 f(i) acima foram integralmente utilizados pela Companhia.

h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As análises e discussões a seguir fornecem aos investidores informações derivadas das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADO PARA O EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 COMPARADO AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

A tabela a seguir apresenta os valores relativos à demonstração de resultados consolidada da Companhia para os períodos indicados:

(Em milhares de R$, exceto se %)	Em 31 de dezembro de				
	2022	AV	2021	AV	AH
Receita Operacional Líquida	230.960	100,00%	210.322	100,00%	9,81%
Custos dos serviços prestados	(81.793)	(35,41%)	(72.456)	(34,45%)	12,89%
LUCRO BRUTO	149.167	64,59%	137.866	65,55%	8,20%
Despesas/ Receitas operacionais					
Gerais e administrativas	(7.840)	(3,39%)	(6.350)	(3,02%)	23,46%
Outras receitas operacionais, líquidas	6.036	2,61%	4.301	2,04%	40,34%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Lucro operacional antes do resultado financeiro	147.363	63,80%	135.817	64,58%	8,50%
Receitas Financeiras	7.993	3,46%	1.595	0,76%	401,13%
Despesas Financeiras	(25.840)	(11,19%)	(20.676)	(9,83%)	24,98%
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	129.516	56,08%	116.736	55,50%	10,95%
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	(44.836)	(19,41%)	(40.014)	(19,03%)	12,05%
Diferido	840	0,36%	336	0,16%	150,00%
Lucro Líquido do Período	85.520	37,03%	77.058	36,64%	10,98%

Receita operacional líquida

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, a receita operacional líquida da Companhia aumentou 9,81% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Este aumento está relacionado diretamente à disponibilidade do recurso eólico, de natureza sazonal e variável, que foi mais disponível no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 em relação ao exercício social anterior, levando a uma maior produção e, consequentemente, maior receita líquida no período.

Custos dos serviços prestados

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, o custo dos serviços prestados pela Companhia aumentou 12,89% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Este aumento decorreu em função de alguns dos serviços prestados, assim como os custos a eles atrelados, estarem vinculados à quantidade de energia produzida. Ademais, existem outros contratos que são atualizados com base na inflação. Dessa forma, a variação dos custos de serviços é, em parte, resultante da maior produção de energia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Lucro bruto

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, o lucro bruto da Companhia aumentou 8,20% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Este aumento reflete o aumento da receita operacional líquida mencionada acima.

Despesas Gerais e Administrativas

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, as despesas gerais e administrativas da Companhia aumentaram 23,46% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Esta variação decorreu, em parte, de gastos variáveis que foram maiores no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, tais como despesas com vigilância, manutenção e reparo de bens, prêmio de seguros, serviços de terceiros, e na redução das despesas como honorários advocatícios e impostos e taxas.

Lucro operacional antes do resultado financeiro

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, o lucro operacional antes do resultado financeiro da Companhia aumentou 8,50% em relação ao exercício social em 31 de dezembro de 2021. Este aumento reflete a variação positiva da receita operacional líquida.

Receitas financeiras

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, as receitas financeiras da Companhia aumentaram 401,13% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Este aumento é decorrente da rentabilidade dos fundos, onde os recursos da Companhia estão aplicados.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Despesas financeiras

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, as despesas financeiras da Companhia aumentaram 24,98% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Essa variação decorreu do aumento de despesas com IOF, juros passivos e impostos sobre receita financeira.

Resultado antes dos tributos sobre o lucro

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, o resultado antes dos tributos sobre o lucro da Companhia aumentou 10,95% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Este aumento decorreu em função do aumento do lucro operacional antes do resultado financeiro.

Imposto de renda e contribuição social corrente

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, o imposto de renda e contribuição social corrente da Companhia aumentou 12,05% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Este aumento decorreu em função da maior base fiscal para cálculo do imposto de renda e contribuição social correntes.

Imposto de renda e contribuição social diferido

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, o imposto de renda e contribuição social diferido da Companhia aumentou 150% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Este aumento decorreu do efeito da fiscal de diferimentos de arrendamentos, conforme definido no IFRS 16/CPC 06, apurados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Lucro Líquido

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, o lucro líquido da Companhia aumentou 10,98% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021. Este aumento decorreu principalmente pelo efeito positivo da receita operacional líquida, se comparada aos exercícios de 2022 e 2021.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADO PARA O EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 COMPARADO AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

A tabela a seguir apresenta os valores relativos à demonstração de resultados consolidada da Companhia para os períodos indicados:

(Em milhares de R$, exceto se %)	Em 31 de dezembro de				
	2021	AV	2020	AV	AH
Receita Operacional Líquida	210.322	100,00%	178.885	100,00%	17,57%
Custos dos serviços prestados	(72.456)	(34,45%)	(63.364)	(35,42%)	14,35%
LUCRO BRUTO	137.866	65,55%	115.521	64,58%	19,34%
Despesas/ Receitas operacionais					
Gerais e administrativas	(6.350)	(3,02%)	(5.801)	(3,24%)	9,46%
Outras receitas operacionais, líquidas	4.301	2,04%	4.517	2,53%	(4,78%)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	135.817	64,58%	114.237	63,86%	18,89%
Receitas Financeiras	1.595	0,76%	764	0,43%	108,77%
Despesas Financeiras	(20.676)	(9,83%)	(15.369)	(8,59%)	34,53%
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	116.736	55,50%	99.632	55,70%	17,17%
Imposto de renda e contribuição social					

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Corrente	(40.014)	(19,03%)	(34.151)	(19,09%)	17,17%
Diferido	336	0,16%	300	0,17%	12,00%
Lucro Líquido do Período	77.058	36,64%	65.781	36,77%	17,14%

Receita operacional líquida

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, a receita operacional líquida da Companhia aumentou 17,57% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Este aumento está relacionado diretamente à disponibilidade do recurso eólico, de natureza sazonal e variável, que foi mais disponível no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 em relação ao exercício social anterior, levando a uma maior produção e, consequentemente, maior receita líquida no período.

Custos dos serviços prestados

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, o custo dos serviços prestados pela Companhia aumentou 14,35% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Este aumento decorreu em função de alguns dos serviços prestados, assim como os custos a eles atrelados, estarem vinculados à quantidade de energia produzida. Ademais, existem outros contratos que são atualizados com base na inflação. Dessa forma, a variação dos custos de serviços é, em parte, resultante da maior produção de energia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Lucro bruto

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, o lucro bruto da Companhia aumentou 19,34% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Este aumento reflete o aumento da receita operacional líquida mencionada acima.

Despesas Gerais e Administrativas

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, as despesas gerais e administrativas da Companhia aumentaram 9,46% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Esta variação decorreu, em parte, de gastos variáveis que foram maiores no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, tais como despesas com vigilância, manutenção e reparo de instalações, prêmio de seguros, e menores com honorários advocatícios e serviços profissionais.

Lucro operacional antes do resultado financeiro

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, o lucro operacional antes do resultado financeiro da Companhia aumentou 18,89% em relação ao exercício social em 31 de dezembro de 2020. Este aumento reflete a variação positiva da receita operacional líquida e a diminuição de despesas gerais administrativas.

Receitas financeiras

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, as receitas financeiras da Companhia aumentaram 108,77% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Este aumento é decorrente da rentabilidade dos fundos, onde os recursos da Companhia estão aplicados.

Despesas financeiras

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, as despesas financeiras da Companhia aumentaram 34,53% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Este aumento decorreu da realização de juros sobre as Debêntures emitidas pela Companhia.

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Resultado antes dos tributos sobre o lucro

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, o resultado antes dos tributos sobre o lucro da Companhia aumentou 17,17% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Este aumento decorreu, principalmente, em função do aumento do lucro operacional antes do resultado financeiro.

Imposto de renda e contribuição social corrente

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, o imposto de renda e contribuição social corrente da Companhia aumentou 17,17% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Este aumento decorreu de em função da maior base fiscal para cálculo do imposto de renda e contribuição social correntes.

Imposto de renda e contribuição social diferido

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, o imposto de renda e contribuição social diferido da Companhia aumentou 12% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Este aumento decorreu do efeito da fiscal de diferimentos de arrendamentos, conforme definido no IFRS 16/CPC 06, apurados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Lucro Líquido

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, o lucro líquido da Companhia aumentou 17,14% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020. Este aumento decorreu principalmente pelo efeito positivo da receita operacional líquida, se comparada aos exercícios de 2021 e 2020.

BALANÇO PATRIMONIAL

BALANÇO PATRIMONIAL PARA O EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 COMPARADO AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021.

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao balanço patrimonial consolidado da Companhia nas datas indicadas:

31 de dezembro de 2022 x 31 de dezembro de 2021
R$ (Mil)
ATIVO

R$ mil	2022	AV%	2021	AV%	AH%
Circulante	58.794	16,87%	44.583	12,63%	31,88%
Caixa e equivalentes de caixa	16.339	4,69%	11.995	3,40%	36,22%
Contas a receber de clientes	41.376	11,87%	31.621	8,95%	30,85%
Despesas antecipadas	820	0,24%	712	0,20%	15,17%
Impostos a recuperar	255	0,07%	210	0,06%	21,43%
Créditos diversos	4	0,00%	45	0,01%	(91,11%)
Não Circulante	289.735	83,13%	308.534	87,37%	(6,09%)
Aplicações financeiras vinculadas	36.044	10,34%	34.155	9,67%	5,53%
Impostos a recuperar	-	-	1.169	0,33%	(100,00%)
Outros Créditos	83	0,02%	80	0,02%	3,75%
IRPJ e CSLL diferidos	1.885	0,54%	1.045	0,30%	80,38%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Arrendamentos	3.630	1,04%	3.083	0,87%	17,74%
Investimentos	57	0,02%	57	0,02%	-
Imobilizado	248.036	71,17%	268.945	76,16%	(7,77%)
TOTAL DO ATIVO	348.529	100,00%	353.117	100,00%	(1,30%)

31 de dezembro de 2022 x 31 de dezembro de 2021
R$ (Mil)
PASSIVO

R$ mil	2022	AV%	2021	AV%	AH%
Passivo Circulante	176.814	50,73%	134.989	38,23%	30,98%
Fornecedores	1.346	0,39%	1.370	0,39%	(1,75%)
Contas a pagar - Eletrobrás	70.336	20,18%	39.047	11,06%	80,13%
Debêntures	54.671	15,69%	50.535	14,31%	8,18%
Impostos a recolher	1.905	0,55%	1.266	0,36%	50,47%
Provisão IRPJ e CSLL	2687	0,77%	752	0,21%	257,31%
Partes relacionadas	1.335	0,38%	1.572	0,45%	(15,08%)
Dividendos a pagar	42.760	12,27%	38.529	10,91%	10,98%
Outras obrigações	817	0,23%	905	0,26%	(9,72%)
Provisões	650	0,19%	650	0,18%	-
Arrendamentos	307	0,09%	363	0,10%	(15,43%)
Passivo Não Circulante	127.798	36,67%	178.442	50,53%	(28,38%)
Debêntures	116.956	33,56%	167.838	47,53%	(30,32%)
Arrendamentos	3.802	1,09%	3.074	0,87%	23,68%
Provisão para Desmobilização	5.506	1,58%	7.530	2,13%	(26,88%)
Provisão para Risco Tributário	1.534	0,44%	-	-	
Total do passivo circulante e não circulante	304.612	87,40%	313.431	88,76%	(2,81%)
Patrimônio líquido	43.917	12,60%	39.686	11,24%	10,66%
Capital social	964	0,28%	964	0,27%	-
Reservas de lucros	42.953	12,32%	38.722	10,97%	10,93%
TOTAL DO PASSIVO	348.529	100,00%	353.117	100,00%	(1,30%)

Ativo circulante

Em 31 de dezembro de 2022, o ativo circulante era de R$58,94 milhões, em comparação com R$44,58 milhões em 31 de dezembro de 2021. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 16,87% em 31 de dezembro de 2022 e 12,63% em 31 de dezembro de

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

2021. Este aumento é decorrente do incremento no contas a receber, em função do aumento das vendas.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2022, o ativo não circulante era de R$289,73 milhões, em comparação com R$308,53 milhões em 31 de dezembro de 2021. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 83,13% em 31 de dezembro de 2022 e 87,37% em 31 de dezembro de 2021. Esta variação negativa é decorrente de compensação de crédito oriundo de PIS e COFINS e a diminuição do imobilizado devido a depreciação do período.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2022, o passivo circulante era de R$176,81 milhões, em comparação com R$134,98 milhões em 31 de dezembro de 2021. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 50,73% em 31 de dezembro de 2022 e 38,23% em 31 de dezembro de 2021. Este aumento decorreu em função do contas a pagar com a Eletrobrás, proveniente da geração de energia fornecida inferior ao contratado e a destinação de dividendos no exercício de 2022, aumento de impostos e recolher e provisão de IRPJ e CSLL

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2022, o passivo não circulante era de R$127,79 milhões, em comparação com R$178,44 milhões em 31 de dezembro de 2021. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 36,67% em 31 de dezembro de 2022 e 50,53% em 31 de dezembro de 2021. Esta redução decorreu em função da amortização das Debêntures e baixa de desmobilização.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido era de 43,91 milhões, em comparação com R$39,7 milhões em 31 de dezembro de 2021. Este aumento decorreu da destinação de 50% de lucros do exercício de 2022 para Reservas de Lucros.

BALANÇO PATRIMONIAL

BALANÇO PATRIMONIAL PARA O EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 COMPARADO AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020.

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao balanço patrimonial consolidado da Companhia nas datas indicadas:

31 de dezembro de 2021 x 31 de dezembro de 2020
R$ (Mil)
ATIVO

R$ mil	2021	AV%	2020	AV%	AH%
Circulante	44.583	12,63%	42.481	11,57%	4,95%
Caixa e equivalentes de caixa	11.995	3,40%	22.240	6,06%	(46,07%)
Contas a receber de clientes	31.621	8,95%	18.387	5,01%	71,97%
Despesas antecipadas	712	0,20%	744	0,20%	(4,30%)
Impostos a recuperar	210	0,06%	1.004	0,27%	(79,08%)
Créditos diversos	45	0,01%	106	0,03%	(57,55%)

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Não Circulante	308.534	87,37%	324.578	88,43%	(4,94%)
Aplicações financeiras vinculadas	34.155	9,67%	26.194	7,14%	30,39%
Impostos a recuperar	1.169	0,33%	5.191	1,41%	(77,48%)
Outros Créditos	80	0,02%	55	0,01%	45,45%
IRPJ e CSLL diferidos	1.045	0,30%	709	0,19%	47,39%
Arrendamentos	3.083	0,87%	2.722	0,74%	13,26%
Investimentos	57	0,02%	57	0,02%	-
Imobilizado	268.945	76,16%	289.650	78,91%	(7,15%)
TOTAL DO ATIVO	353.117	100,00%	367.059	100,00%	(3,80%)

31 de dezembro de 2021 x 31 de dezembro de 2020
R$ (Mil)
PASSIVO

R$ mil	2021	AV%	2020	AV%	AH%
Passivo Circulante	134.989	38,23%	114.230	31,12%	18,17%
Fornecedores	1.370	0,39%	1.134	0,31%	20,81%
Contas a pagar - Eletrobrás	39.047	11,06%	18.507	5,04%	110,99%
Debêntures	50.535	14,31%	51.303	13,98%	(1,50%)
Impostos a recolher	1.266	0,36%	1.677	0,46%	(24,51%)
Provisão IRPJ e CSLL	752	0,21%	2.856	0,78%	(73,67%)
Partes relacionadas	1.572	0,45%	4.678	1,27%	(66,40%)
Dividendos a pagar	38.529	10,91%	32.891	8,96%	17,14%
Outras obrigações	905	0,26%	500	0,14%	81,00%
Provisões	650	0,18%	650	0,18%	-
Arrendamentos	363	0,10%	34	0,01%	967,65%
Passivo Não Circulante	178.442	50,53%	218.782	59,60%	(18,44%)
Debêntures	167.838	47,53%	206.060	56,14%	(18,55%)
Arrendamentos	3.074	0,87%	2.949	0,80%	4,24%
Provisão para Desmobilização	7.530	2,13%	9.773	2,66%	(22,95%)
Total do passivo circulante e não circulante	313.431	88,76%	333.012	90,72%	(5,88%)
Patrimônio líquido	39.686	11,24%	34.047	-	9,28%
Capital social	964	0,27%	964	0,26%	-
Reservas de lucros	38.722	10,97%	33.083	9,01%	17,05%
TOTAL DO PASSIVO	353.117	100,00%	367.059	100,00%	(3,80%)

Ativo circulante

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Em 31 de dezembro de 2021, o ativo circulante era de R$44,58 milhões, em comparação com 42,48 milhões em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do ativo, o ativo circulante era de 12,6% em 31 de dezembro de 2021 e 11,57% em 31 de dezembro de 2020. Este aumento é decorrente do incremento no contas a receber, em função do aumento das vendas.

Ativo não circulante

Em 31 de dezembro de 2021, o ativo não circulante era de 308,53 milhões, em comparação com R$324,58 milhões em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do ativo, o ativo não circulante era de 87,37% em 31 de dezembro de 2021 e 88,43% em 31 de dezembro de 2020. Esta variação negativa é decorrente de compensação de crédito oriundo de PIS e COFINS.

Passivo circulante

Em 31 de dezembro de 2021, o passivo circulante era de R$134,99 milhões, em comparação com R$ 114,23 milhões em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo circulante era de 38,2% em 31 de dezembro de 2021 e 31,1% em 31 de dezembro de 2020. Este aumento decorreu em função do contas a pagar com a Eletrobrás, proveniente da geração de energia fornecida inferior ao contratado e a destinação de dividendos no exercício de 2021.

Passivo não circulante

Em 31 de dezembro de 2021, o passivo não circulante era de R$ 178,44 milhões, em comparação com R$218,78 milhões em 31 de dezembro de 2020. Em relação ao total do passivo e patrimônio líquido, o passivo não circulante era de 50,53% em 31 de dezembro de 2021 e 59,60% em 31 de dezembro de 2020. Esta redução decorreu em função da amortização das Debêntures e baixa de desmobilização.

Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido era de 39,7 milhões, em comparação com R$34,0 milhões em 31 de dezembro de 2020. Este aumento decorreu da destinação de 50% de lucros do exercício de 2021 para Reservas de Lucros.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO PARA O EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 COMPARADO AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

31 de dezembro de 2022 x 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

	2022	2021	AH%
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro líquido do exercício	**85.520**	**77.058**	**10,98%**
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas			
atividades operacionais:			
Imposto de renda e Contribuição social	43.996	39.678	10,88%
Crédito de Pis e Cofins e depreciação acelerada	(1.438)	(1.437)	0,07%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Juros sobre a dívida	23.801	19.196	23,99%
Despesas Financeiras com Desmobilização	302	210	43,81%
Despesas Finan. Arrendamento Operacional	445	374	18,98%
Amortização Arrendamento Operacional	184	148	24,32%
Amortização Desmobilização	385	548	(29,74%)
Depreciação e amortização	19.842	19.604	1,21%
Provisão de Risco Tributário	1.534	-	100,00%
	174.571	**155.379**	**112,35%**
Variações nos ativos e passivos operacionais:			
Contas a receber de clientes	(9.755)	(13.234)	(26,3%)
Créditos diversos	37	35	5,7%
Impostos a recuperar	1.124	4.816	(76,7%)
Despesas antecipadas	(108)	32	(437,5%)
Fornecedores	(24)	236	(110,2%)
Contas a pagar - Eletrobras	31.289	20.540	52,3%
Impostos a recolher	(5.005)	(7.212)	(30,6%)
Partes Relacionadas	(237)	(3.106)	(92,4%)
Outras obrigações	(87)	405	(121,5%)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**191.805**	**157.891**	**21,48%**
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(37.257)	(35.317)	5,49%
Pagamento de juros	(19.883)	(10.665)	86,43%
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**134.665**	**111.909**	**20,33%**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Aquisição de imobilizado	(206)	(463)	(55,51%)
Caixa líquido aplicado pelas atividades de investimento	**(206)**	**(463)**	**(55,51%)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Pagamento de Arrendamento	(504)	(428)	17,76%
Pagamento de debentures	(51.203)	(48.060)	6,54%
Comissionamento	539	539	-
Pagamento de dividendos	(77.058)	(65.781)	17,14%
Aplicações financeiras vinculadas	(1.889)	(7.961)	(76,27%)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(130.115)**	**(121.691)**	**6,92%**

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**4.344**	**(10.245)**	**(142,40%)**
Demonstração do Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	11.995	22.240	(46,07%)
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	16.339	11.995	36,22%

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, o caixa gerado pelas atividades operacionais da Companhia aumentou 21,48% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, aumentando de R$ 157,891 mil em 2021 para R$ 191,805 mil em 2022.

Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, o caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento da Companhia aumentou 6,92% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, aumentando de R$ 121,69 mil em 2021 para R$130.115 mil em 2022.

Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, a aumento de caixa e Equivalentes de caixa da Companhia foi de R$ 4.344 mil, enquanto em 31 de dezembro de 2021 a redução foi de R$ 10.245 mil.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO PARA O EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 COMPARADO AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Indireto

31 de dezembro de 2021 x 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais)

	2021	2020	AH%
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro líquido do exercício	**77.058**	**65.781**	**17,14%**
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas			
atividades operacionais:			
Imposto de renda e Contribuição social	40.014	33.851	18,21%
Crédito de Pis e Cofins e depreciação acelerada	(1.437)	(1.453)	(1,10%)
Juros sobre a dívida	19.196	13.958	37,53%
Despesas (Receitas) Financeiras	-	309	(100,00%)
Despesas Financeiras com Desmobilização	210	221	(4,98%)
Despesas Finan. Arrendamento Operacional	374	307	21,82%
Amortização Arrendamento Operacional	148	150	(1,33%)
Amortização Desmobilização	548	439	24,83%

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

Depreciação e amortização	19.604	19.365	1,23%
	155.715	**132.928**	**117,14%**
Variações nos ativos e passivos operacionais:			
Contas a receber de clientes	(13.234)	632	(2.193,99%)
Créditos diversos	35	55	(36,36%)
Impostos a recuperar	4.480	1.269	253,03%
Despesas antecipadas	32	(254)	(112,60%)
Fornecedores	236	71	232,39%
Contas a pagar - Eletrobras	20.540	(36.136)	(156,84%)
Impostos a recolher	(7.212)	75	(9.716,00%)
Partes Relacionadas	(3.106)	(2.295)	35,34%
Outras obrigações	405	282	43,62%
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**157.891**	**96.627**	**63,40%**
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(35.317)	(29.290)	20,58%
Pagamento de juros	(10.665)	(10.158)	4,99%
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**111.909**	**57.179**	**95,72%**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Aquisição de imobilizado	(463)	(82)	464,63%
Caixa líquido aplicado pelas atividades de investimento	**(463)**	**(82)**	**464,63%**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Pagamento de Arrendamento	(428)	(389)	10,03%
Pagamento de debentures	(48.060)	(43.988)	9,26%
Comissionamento	539	575	(6,26%)
Pagamento de dividendos	(65.781)	(4.726)	1.291,90%
Aplicações financeiras vinculadas	(7.961)	(20.273)	(60,73%)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(121.691)**	**(68.801)**	**76,87%**
Redução (Aumento) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(10.245)**	**(11.704)**	**(12,47%)**
Demonstração do Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	22.240	33.944	(34,48%)
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	11.995	22.240	(46,07%)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais

10.1 - Condições Financeiras E Patrimoniais Gerais

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, o caixa gerado pelas atividades operacionais da Companhia aumentou 63,4% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, aumentou de R$ 96,627 mil em 2020 para R$ 157,891 mil em 2021.

Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, o caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento da Companhia aumentou 76,87% em relação ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, aumentando de R$ 68,801 mil em 2020 para R$ 121,691 mil em 2021.

Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2021, a redução de caixa e Equivalentes de caixa da Companhia foi de R$ 10.245 mil, enquanto em 31 de dezembro de 2020 a redução foi de R$ 11,704 mil.

10.2 - Resultado Operacional E Financeiro

Os diretores devem comentar

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Companhia é composta, integralmente, pela comercialização da energia elétrica gerada nos Parques Eólicos. A quantidade de energia gerada e, portanto, comercializada, depende das condições climáticas da região em que estão localizados os Parques Eólicos.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

Sendo toda a receita operacional procedente da geração eólica, o principal fator que afeta aos resultados operacionais da Companhia procede do recurso eólico, assim como da disponibilidade das máquinas e equipamentos apropriados para a geração de energia eólica.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Item facultativo para emissor registrado na "Categoria B".

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

Item facultativo para emissor registrado na "Categoria B".

10.3 - Eventos Com Efeitos Relevantes, Ocorridos E Esperados, Nas Demonstrações Financeiras

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional nos últimos 3 exercícios sociais

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária nos últimos 3 exercícios sociais

c. Eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usais nas atividades desenvolvidas pela Companhia nos 3 últimos exercícios sociais.

10.4 - Mudanças Significativas Nas Práticas Contábeis - Ressalvas e Ênfases no Parecer do Auditor

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

Não houve mudanças significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia nos últimos três exercícios sociais.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve alterações significativas nas práticas contábeis adotadas pela Companhia nos últimos três exercícios sociais.

c. Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não houve ressalvas presentes no parecer do auditor nos últimos três exercícios sociais.

10.5 - Políticas Contábeis Críticas

Item facultativo para emissor registrado na "Categoria B".

10.6 - Itens Relevantes Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), todos os ativos e passivos detidos pela Companhia estão registrados em seu balanço patrimonial. Desta forma, não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e de 2020.

10.7 - Comentários Sobre Itens Não Evidenciados Nas Demonstrações Financeiras

Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não estejam evidenciados em seu balanço patrimonial referente aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

b. Natureza e o propósito da operação

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não estejam evidenciados em seu balanço patrimonial referente aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não estejam evidenciados em seu balanço patrimonial referente aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

10.8 - Plano de Negócios

a. Investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento dos investimentos previstos

Não há investimentos em andamento e/ou investimentos previstos pela Companhia.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

A fonte de financiamento dos investimentos da Companhia é, majoritariamente, a própria geração de caixa operacional da Companhia.

iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

A Companhia não realizou desinvestimentos relevantes nos três últimos exercícios sociais, nem possui nenhum desinvestimento previsto.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não houve aquisições que afetaram a capacidade produtiva da Companhia.

c. Novos produtos e serviços, indicando:

Não há novos produtos e serviços em desenvolvimento pela Companhia.

10.9 - Outros Fatores Com Influência Relevante

Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Neste momento, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando normalmente.

11.1 - Projeções Divulgadas E Premissas

(a) Objeto da projeção

Não aplicável, visto que a Companhia não divulga projeções ou estimativas.

(b) Período projetado e o prazo de validade da projeção

Não aplicável, visto que a Companhia não divulga projeções ou estimativas.

(c) Premissas da projeção

Não aplicável, visto que a Companhia não divulga projeções ou estimativas.

(d) Objeto e valores da projeção

Não aplicável, visto que a Companhia não divulga projeções ou estimativas.

11.2 - Acompanhamento E Alterações Das Projeções Divulgadas

(a) Informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário

Não aplicável, visto que a Companhia não divulga projeções ou estimativas.

(b) Quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções

Não aplicável, visto que a Companhia não divulga projeções ou estimativas.

(c) Quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Não aplicável, visto que a Companhia não divulga projeções ou estimativas.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Descrição da estrutura administrativa

(a) atribuições do conselho de administração e dos órgãos e comitês permanentes que se reportam ao conselho de administração, indicando:

(i) se possuem regimento interno próprio, informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue esses regimentos, locais na rede mundial de computadores onde esses documentos podem ser consultados

A estrutura administrativa da Companhia é constituída por um Conselho de Administração e uma Diretoria.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração será composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 11 (onze) membros, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral com mandato de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição, que inicia-se com a posse mediante termo lavrado em livro próprio e termina sempre simultaneamente, ainda que algum deles tenha sido eleito depois dos demais, mantendo-se no exercício de seus cargos até a investidura dos novos eleitos. O Conselho de Administração não dispõe de regimento interno próprio.

Responsabilidades do Conselho de Administração: além das responsabilidades previstas nos termos da legislação aplicável, em conformidade com o Estatuto social, é responsabilidade do Conselho de Administração:

I. eleger e destituir os Diretores da Companhia, bem como estabelecer sua remuneração, respeitando os limites definidos pela Assembleia Geral;

II. deliberar sobre a proposta do Diretor Presidente sobre a definição das áreas de atuação dos demais Diretores;

III. fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, aprovando previamente suas políticas empresariais, planos, projetos e orçamentos anuais e plurianuais;

IV. fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, as atas, livros e papéis da Companhia, solicitando, através do Presidente, informações sobre contratos celebrados, ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos;

V. convocar a Assembleia Geral, nos termos do §1º do artigo 6º deste Estatuto Social;

VI. manifestar-se sobre o relatório e as demonstrações financeiras preparadas pela Diretoria e propor a destinação do lucro líquido de cada exercício;

VII. escolher e destituir os auditores independentes;

VIII. autorizar prévia e expressamente a alienação, a oneração ou o arrendamento a longo prazo de bens do ativo permanente da Companhia;

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

IX. autorizar a modificação de contratos de EPC, de Gestão e de O&M identificados no Acordo de Acionistas, bem como outros contratos envolvendo partes relacionadas, que acarretem um acréscimo superior a 10% do valor originalmente contratado;

X. autorizar previa e expressamente todo e qualquer contrato a ser celebrado entre a Companhia e qualquer de seus acionistas controladores;

XI. autorizar operações financeiras ativas e passivas;

XII. autorizar atos que importem em outorga de garantias de qualquer espécie em favor de terceiros ou que importem em renúncia de direito;

XIII. estabelecer política de distribuição de dividendos;

XIV. pronunciar-se sobre os assuntos que a Diretoria lhe apresente para sua deliberação ou para serem submetidos à Assembleia Geral;

XV. deliberar sobre a constituição de subsidiárias ou a participação da Companhia em outras entidades;

XVI. avocar a qualquer tempo o exame de qualquer assunto referente aos negócios da Companhia, ainda que não compreendido na enumeração acima, e sobre ele proferir decisão a ser obrigatoriamente executada pela Diretoria;

XVII. deliberar sobre a emissão de debêntures simples, podendo as debêntures ser de qualquer espécie, inclusive com ou sem garantias reais e/ou fidejussórias;

XVIII. deliberar, por delegação da Assembleia Geral, quando da emissão pela Companhia de debêntures conversíveis em ações sobre (i) a época e as condições de vencimento, amortização ou resgate, (ii) a época e as condições para pagamento dos juros, da participação nos lucros e de prêmio de reembolso, se houver, e (iii) o modo de subscrição ou colocação, bem como a espécie das debêntures;

XIX. exercer os demais poderes que lhe sejam atribuídos por lei, pelo presente Estatuto e pelo Acordo de Acionistas; e

XX. resolver os casos omissos neste Estatuto e exercer outras atribuições que a lei, ou este Estatuto, não confira a outro órgão da Companhia.

Diretoria

A Diretoria é composta de 3 (três) membros, sendo um Diretor Presidente, um Diretor de Relações com Investidores e um Diretor sem designação específica, eleitos pelo Conselho de Administração, por um prazo de mandato unificado de 3 (três) anos, considerando-se cada ano o período compreendido entre 2 (duas) Assembleias Gerais Ordinárias; sendo permitida a reeleição e destituição. A eleição da Diretoria ocorrerá até 5 (cinco) dias úteis após a data da realização da Assembleia Geral Ordinária, salvo em casos de vacância. A diretoria não dispõe de regulamento próprio.

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Responsabilidades da Diretoria: A Diretoria possui todos os poderes para praticar os atos necessários ao funcionamento regular dos negócios da Companhia em seu curso normal, observadas as competências dos demais órgãos societários. Além das responsabilidades atribuídas pela Lei das Sociedades por Ações, compete à Diretoria, por força do Estatuto Social, na condição de órgão Colegiado:

I. aprovar e submeter, anualmente, o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de destinação dos lucros apurados no exercício anterior, para apreciação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;

II. propor, ao Conselho de Administração, o orçamento anual e o orçamento de capital;

III. deliberar sobre a abertura e o fechamento de filiais; e

IV. decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração.

(ii) se o emissor possui comitê de auditoria estatutário, informando, caso positivo, suas principais atribuições, forma de funcionamento e se o mesmo atende aos requisitos da regulamentação emitida pela CVM a respeito do assunto

A Companhia não dispõe de comitê de auditoria estatutário.

(iii) de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra auditoria com o auditor independente, e informando o órgão responsável pela aprovação da política, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Item facultativo para emissor registrado na "Categoria B".

(b) em relação aos membros da diretoria estatutária, suas atribuições e poderes individuais, indicando se a diretoria possui regimento interno próprio, e informando, em caso positivo, órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Item facultativo para emissor registrado na "Categoria B".

(c) data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, informando se possui regimento interno próprio, e indicando, em caso positivo, data da sua aprovação pelo conselho fiscal e, caso o emissor divulgue o regimento, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Item facultativo para emissor registrado na "Categoria B".

(d) se há mecanismos de avaliação de desempenho do conselho de administração e de cada órgão ou comitê que se reporta ao conselho de administração, informando, em caso positivo:

12.1 - Descrição da Estrutura Administrativa

Item facultativo para emissor registrado na "Categoria B".

(i) a periodicidade da avaliação e sua abrangência, indicando se a avaliação é feita somente em relação ao órgão ou se inclui também a avaliação individual de seus membros

Item facultativo para emissor registrado na "Categoria B".

(ii) metodologia adotada e os principais critérios utilizados na avaliação

Item facultativo para emissor registrado na "Categoria B".

(iii) como os resultados da avaliação são utilizados pelo emissor para aprimorar o funcionamento deste órgão

Item facultativo para emissor registrado na "Categoria B".

(iv) se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

Item facultativo para emissor registrado na "Categoria B".

12.2 - Regras, Políticas E Práticas Relativas às Assembleias Gerais

Item facultativo para emissor registrado na "Categoria B".

12.3 - Regras, Políticas E Práticas Relativas ao Conselho de Administração

Item facultativo para emissor registrado na "Categoria B".

12.4 - Descrição da Cláusula Compromissória Para Resolução de Conflitos Por Meio de Arbitragem

Item facultativo para emissor registrado na "Categoria B".

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
Marco Antonio Morales Garrido	02/07/1976	Pertence apenas à Diretoria	28/06/2019	Até 28/06/2022	8
841.756.210-91	Engenheiro	19 - Outros Diretores	28/06/2019	Sim	0.00%
		N/A			
Óscar Martín Pacios	10/01/1978	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2021	Até 30/04/2024	3
705.222.151-90	Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2021	Sim	100.00%
NA					
Hans-Dieter Kettwig	23/11/1957	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2021	Até 30/04/2024	3
071.742.031-08	Administrador de empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2021	Sim	100.00%
Thaís Mattei Lanziotti Mannrich	01/12/1982	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2021	Até 29/12/2022	0
040.773.659-02	Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2021	Sim	100.00%
N/A					
Elena Díaz Pindado	28/02/1971	Pertence apenas ao Conselho de Administração	30/04/2021	Até 30/04/2024	4
705.222.751-76	Engenheira	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	30/04/2021	Sim	100.00%
N/A					
Rogério Gonçalves Pizeta	11/04/1970	Pertence apenas ao Conselho de Administração	27/01/2023	30/04/2024	0
150.781.118-75	Engenheiro	20 - Presidente do Conselho de Administração	30/04/2024	Sim	100.00%
Jose Castellanos Ybarra	21/07/1964	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	30/04/2021	Até 30/04/2024	2
057.682.497-61	Economista	30 - Presidente do C.A. e Diretor Presidente	30/04/2021	Sim	100.00%

12.5/6 - Composição E Experiência Profissional da Administração E do Conselho Fiscal

Nome	Data de nascimento	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato	Número de Mandatos Consecutivos
CPF	**Profissão**	**Cargo eletivo ocupado**	**Data de posse**	**Foi eleito pelo controlador**	**Percentual de participação nas reuniões**
Outros cargos e funções exercidas no emissor		**Descrição de outro cargo / função**			
O Sr. Ybarra foi eleito para o cargo de Diretor-Presidente em 28/06/2019, tendo tomado posse na mesma data. O mandato do Sr. Ybarra para o cargo é de três anos, sendo este seu segundo mandato consecutivo. Seu percentual de participação em Reuniões da Diretoria da Companhia é de 100%					
Felipe Ostermayer	25/11/1961	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	30/04/2021	Até 30/04/2024	2
405.281.110-00	Engenheiro	35 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Rel. Invest.	30/04/2021	Sim	100.00%
O Sr. Ostermayer foi eleito para o cargo de Diretor de Relações com Investidores em 28/06/2019, data em que também tomou posse. O mandato do Sr. Ostermayer para o cargo é de três anos, sendo este seu segundo mandato consecutivo. Seu percentual de participação em Reuniões da Diretoria da Companhia é de 100%					
Experiência profissional / Critérios de Independência					

Marco Antonio Morales Garrido - 841.756.210-91

O Sr. Garrido é formado em engenharia de caminhos, canais e portos pela Universidad Politécnica de Madrid e, atualmente, cursa Administração e direção de empresas no UNED Centro Associado Madrid. O Sr. Garrido entrou no Grupo Elecnor em 2001 no departamento técnico de Enerfín S.A, passando em 2002 para o departamento de promoção e desenvolvimento. Em 2003 assumiu o cargo de Supervisão de Construções em Enerfín Sociedad de Energia S.A. Tornou-se Diretor da Companhia em 2005, cargo que ocupou até 2008. Em 2009, assumiu o cargo de Gerente de desenvolvimento de negócios na América Latina e Diretor de Filiais no Brasil na Elecnor Renovables – Enerfin
Declara que: (i) nos últimos cinco anos, não houve qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM e condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Óscar Martín Pacios - 705.222.151-90

O Sr. Pacios é formado em administração de empresas pela Universidade de Oviedo e pós-graduação pela University of Wisconsin Eau-Claire. O Sr. Pacios é membro do Instituto Espanhol de Análise Financeira. Entrou na Enerfin em 2003 como administrador das finanças, responsável pelas demonstrações financeiras e controle tributário e de fluxo de caixa de mais de 45 subsidiárias. O Sr. Pacios é atualmente o diretor financeiro da Enerfín.
Declara que: (i) nos últimos cinco anos, não houve qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM e condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Hans-Dieter Kettwig - 071.742.031-08

O Sr. Kettwig se formou na Universidade de Ciências Aplicadas de Emdem, onde obteve, também seu diploma de MBA (Diplom-Kaufmann). Em 1988 o Sr. Kettwig entrou para a Enercon, responsável pelos assuntos comerciais. Desde 1997, o Sr. Kettwig é o Diretor Presidente de Enercon Gmbh e outras subsidiárias do Grupo Elecnor. Declara que: (i) nos últimos cinco anos, não houve qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM e condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Thaís Mattei Lanziotti Mannrich - 040.773.659-02

Thaís Mattei Lanziotti Mannrich – 040.773.659-02
A Sr. Mannrich é formada em ciências econômicas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), possui Pós-graduação em Gestão Pública pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). Entrou na CEEE- GT como economista em 2011, atualmente é Chefe da Divisão Financeira e Diretoria Financeira e de Relações com Investidores do Grupo CEEE desde outubro de 2017.
Declara que: (i) nos últimos cinco anos, não houve qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM e condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Elena Díaz Pindado - 705.222.751-76

A Sra. Pindado é formada em Engenharia Elétrica pela UPM (Universidad Politécnica de Madrid) e completou um General Management Program na IESE Business School, além de ter cursado cursos avançados em administração no setor de energia. Entrou no Grupo Elecnor em 1997, responsável pela área de energia eólica então recentemente criada. Em seguida à criação da Enerfín, subsidiária da Elecnor, A Sra. Pindado tornou-se administradora do departamento de desenvolvimento, participando no desenvolvimento e financiamento do início das atividades da Enerfín. Em 2010, foi apontada como Diretora de Operações da Enerfín, supervisionando as atividades da Enerfín, incluindo o desenvolvimento e supervisão das construções e operações.
Declara que: (i) nos últimos cinco anos, não houve qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM e condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que a tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerada pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Rogério Gonçalves Pizeta - 150.781.118-75

Rogério Gonçalves Pizeta – 150.781.118-75
O Sr. Rogério é formado em engenharia elétrica pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Ingressou na Companhia Siderúrgica Nacional – CSN em março de 2021, atualmente é Diretor de Energia na CSN.
Declara que: (i) nos últimos cinco anos, não houve qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM e condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Jose Castellanos Ybarra - 057.682.497-61

Jose Castellanos Ybarra - 057.682.497-61
O Sr. Ybarra é formado em administração de empresas pela Universidade do País Basco e, em 2008 completou um Senior Management Program na IESE Business School. O Sr. Ybarra integra o departamento de comércio internacional do Grupo Elecnor desde 1990. Em 2000, foi eleito como Diretor Presidente e membro do Conselho de Administração como representante da Elecnor nas companhias Brasileiras do Grupo Elecnor para administrar concessões de sistemas de transmissão de energia. Também participou do desenvolvimento e financiamento dos primeiros parques eólicos do Grupo Elecnor no Brasil. Em 2009, o Sr. Ybarra foi indicado como membro do Conselho de Administração responsável pelo Desenvolvimento de Projetos. Em janeiro de 2015, o Sr. Ybarra passou para a Enerfín, subsidiária do Grupo Elecnor responsável por energia eólica como membro do Conselho de Administração responsável para desenvolvimento do grupo. O Sr. Ybarra foi apontado como Diretor Presidente da Enerfín em janeiro de 2017. O Sr. Ybarra representa o Grupo Elecnor no Conselho de Administração de outras companhias do Grupo Elecnor na Espanha, Austrália, Brasil, Chile, Peru e Estados Unidos.
Declara que: (i) nos últimos cinco anos, não houve qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM e condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Felipe Ostermayer - 405.281.110-00

O Sr. Ostermayer é formado em engenharia mecânica pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), possui Mestrado em Engenharia Ambiental também pela UFRGS. Ingressou na Enerfín do Brasil em dezembro de 2008 no cargo de Gerente. Desde março de 2018, ocupa a posição de Diretor da empresa no Brasil, sendo o responsável pelas operações eólicas do Grupo Elecnor no país. O Sr. Ostermayer é também membro do Conselho de Administração, além da Companhia, de Parques Eólicos Palmares S/A; Ventos da Lagoa Energia S/A, Ventos do Litoral Energia S/A; Ventos dos Índios Energia S/A; Ventos de São Fernando I Energia S/A; Ventos de São Fernando II Energia S/A; e Ventos de São Fernando III Energia S/A. Declara que: (i) nos últimos cinco anos, não houve qualquer condenação criminal, condenação em processo administrativo da CVM e condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspendido ou inabilitado para prática de atividade profissional ou comercial; e (ii) não é considerado pessoa politicamente exposta, nos termos da ICVM 301/99.

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação

Marco Antonio Morales Garrido - 841.756.210-91

N/A

Óscar Martín Pacios - 705.222.151-90

N/A

Hans-Dieter Kettwig - 071.742.031-08

N/A

Thaís Mattei Lanziotti Mannrich - 040.773.659-02

N/A

Elena Díaz Pindado - 705.222.751-76

N/A

Rogério Gonçalves Pizeta - 150.781.118-75

N/A

Jose Castellanos Ybarra - 057.682.497-61

N/A

Felipe Ostermayer - 405.281.110-00

N/A

12.7/8 - Composição Dos Comitês

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

A Companhia não possui atualmente comitês instalados.

12.9 - Existência de Relação Conjugal, União Estável ou Parentesco Até O 2º Grau Relacionadas A Administradores do Emissor, Controladas E Controladores

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item facultativo para emissor registrado na "Categoria B".

12.10 - Relações de Subordinação, Prestação de Serviço ou Controle Entre Administradores E Controladas, Controladores E Outros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item facultativo para emissor registrado na "Categoria B".

12.11 - Acordos, Inclusive Apólices de Seguros, Para Pagamento ou Reembolso de Despesas Suportadas Pelos Administradores

Item facultativo para emissor registrado na "Categoria B".

12.12 - Outras informações relevantes

Assembleias Gerais da Companhia

Apresentamos abaixo, com relação às Assembleias Gerais da Companhia realizadas nos últimos três anos, (i) data de realização; (ii) eventuais casos de instalação em segunda convocação; e (iii) quórum de instalação:

Evento	Data	Quórum de instalação	Instalação em segunda convocação
AGE	31/01/2017	100%	NÃO
AGO	24/04/2017	100%	NÃO
AGE	19/03/2018	100%	NÃO
AGO	27/04/2018	100%	NÃO
AGO	29/04/2019	100%	NÃO
AGE	28/06/2019	100%	NÃO
AGE	24/07/2019	100%	NÃO
AGE	09/08/2019	100%	NÃO
AGE	04/09/2019	100%	NÃO
AGE	06/09/2019	100%	NÃO
AGE	14/11/2019	100%	NÃO
AGE	27/07/2019	100%	NÃO
AGO	30/04/2020	100%	NÃO
AGE	20/07/2020	100%	NÃO
AGE	30/09/2020	100%	NÃO
AGO	30/04/2021	100%	NÃO
AGO	20/04/2022	100%	NÃO
AGO	25/04/2023	100%	NÃO

13.1 - Descrição da Política ou Prática de Remuneração, Inclusive da Diretoria Não Estatutária

Item facultativo para emissor registrado na "Categoria B".

13.2 - Remuneração Total do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há remuneração aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária reconhecida nas demonstrações financeiras da Companhia.

13.3 - Remuneração Variável do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária E Conselho Fiscal

Item facultativo para emissor registrado na "Categoria B".

13.4 - Plano de Remuneração Baseado em Ações do Conselho de Administração E Diretoria Estatutária

Item facultativo para emissor registrado na "Categoria B".

13.5 - Remuneração Baseada em Ações

Item facultativo para emissor registrado na "Categoria B".

13.6 - Opções em Aberto

Item facultativo para emissor registrado na “Categoria B”.

13.7 - Opções Exercidas E Ações Entregues

Item facultativo para emissor registrado na "Categoria B".

13.8 - Precificação Das Ações/opções

Item facultativo para emissor registrado na "Categoria B".

13.9 - Participações Detidas Por Órgão

Item facultativo para emissor registrado na "Categoria B".

13.10 - Informações Sobre Planos de Previdência Conferidos Aos Membros do Conselho de Administração E Aos Diretores Estatutários

Item facultativo para emissor registrado na "Categoria B".

13.11 - Remuneração Individual Máxima, Mínima E Média do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária E do Conselho Fiscal

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item facultativo para emissor registrado na “Categoria B”.

13.12 - Mecanismos de Remuneração ou Indenização Para os Administradores em Caso de Destituição do Cargo ou de Aposentadoria

Item facultativo para emissor registrado na "Categoria B".

13.13 - Percentual na Remuneração Total Detido Por Administradores E Membros do Conselho Fiscal Que Sejam Partes Relacionadas Aos Controladores

Não foi reconhecida nenhuma remuneração nos resultados da Companhia relativa a membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia que sejam partes relacionadas aos controladores diretos ou indiretos da Companhia.

13.14 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal, Agrupados Por Órgão, Recebida Por Qualquer Razão Que Não A Função Que Ocupam

Item facultativo para emissor registrado na "Categoria B".

13.15 - Remuneração de Administradores E Membros do Conselho Fiscal Reconhecida no Resultado de Controladores, Diretos ou Indiretos, de Sociedades Sob Controle Comum E de Controladas do Emissor

Não houve valores reconhecidos no resultado dos controladores, diretos ou indiretos, sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Conselho Fiscal da Companhia.

13.16 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes a serem divulgadas sob esse item 13.16.

14.1 - Descrição Dos Recursos Humanos

Item facultativo para emissor registrado na "Categoria B".

14.2 - Alterações Relevantes - Recursos Humanos

Item facultativo para emissor registrado na "Categoria B".

14.3 - Descrição da Política de Remuneração Dos Empregados

Item facultativo para emissor registrado na "Categoria B".

14.4 - Descrição Das Relações Entre O Emissor E Sindicatos

Item facultativo para emissor registrado na "Categoria B".

14.5 - Outras Informações Relevantes - Recursos Humanos

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes a serem divulgadas sob esse item 14.5.

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

Acionista					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
Detalhamento por classes de ações (Unidades)					
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
Rio Sul 1 Energia Ltda.					
23.829.833/0001-65	Brasileira	Sim	Sim	20/07/2016	
Não					
112.771.200	80,000%	0	0,000%	112.771.200	80,000%
Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica – CEEE-G					
39.881.421/0001-04	Brasileiro	Sim	Não	08/04/2021	
Não					
14.096.400	10,000%	0	0,000%	14.096.400	10,000%
Wobben Windpower Indústria e Comércio Ltda.					
01.027.335/0001-66	Brasileira	Sim	Não	29/01/2015	
Não					
14.096.400	10,000%	0	0,000%	14.096.400	10,000%
OUTROS					
0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000%	0	0,000%	0	0,000%
TOTAL					
140.964.000	100,000%	0	0,000%	140.964.000	100,000%

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Rio Sul 1 Energia Ltda.				**23.829.833/0001-65**	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Jose Castellanos Ybarra					
057.682.497-61	Espanhola	Não	Não		
Não					
2	0,001	0	0,000	2	0,001
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Rio Grande Energias Renováveis Ltda					
37.198.316/0001-40	Brasileira-RS	Não	Sim	09/03/2023	
Não					
349.958.398	99,999	0	0,000	349.958.398	99,999
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Rio Sul 1 Energia Ltda.				**23.829.833/0001-65**	
TOTAL					
349.958.400	100,000	0	0,000	349.958.400	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Companhia Estadual de Geração de Energia Elétrica – CEEE-G				**39.881.421/0001-04**	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
14.096.400	100,000	0	0,000	14.096.400	100,000
TOTAL					
14.096.400	100,000	0	0,000	14.096.400	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Wobben Windpower Indústria e Comércio Ltda.				**01.027.335/0001-66**	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
14.096.400	100,000	0	0,000	14.096.400	100,000
TOTAL					
14.096.400	100,000	0	0,000	14.096.400	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Jose Castellanos Ybarra				**057.682.497-61**	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Enerfín Sociedad de Energía, S.L.U.					
07.694.361/0001-24	Espanhola	Não	Sim	23/04/2019	
Sim	Jose Castellanos Ybarra		Fisica	057.682.497-61	
71.072.923	100,000	0	0,000	71.072.923	100,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
71.072.923	100,000	0	0,000	71.072.923	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Rio Grande Energias Renováveis Ltda				**37.198.316/0001-40**	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Enerfín Enervento Exterior, S.L.U.					
16.885.705/0001-73	Espanhola	Não	Não	07/03/2023	
Sim	Jose Castellanos Ybarra		Fisica	057.682.497-61	
848.138.362	100,000	0	0,000	848.138.362	100,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
848.138.362	100,000	0	0,000	848.138.362	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Enerfín Enervento Exterior, S.L.U.				**16.885.705/0001-73**	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Enerfín Sociedad de Energía, S.L.U.					
07.694.361/0001-24	Espanhola	Não	Sim	23/04/2019	
Sim	Jose Castellanos Ybarra		Fisica	057.682.497-61	
71.072.923	100,000	0	0,000	71.072.923	100,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
71.072.923	100,000	0	0,000	71.072.923	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Enerfín Sociedad de Energía, S.L.U.				**07.694.361/0001-24**	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Elecnor S.A.					
05.666.350/0001-05	Espanhola	Não	Sim	08/03/2018	
Sim	Rafael Martín Bustamante		Fisica		
64.224.114	100,000	0	0,000	64.224.114	100,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
64.224.114	100,000	0	0,000	64.224.114	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Elecnor S.A.				**05.666.350/0001-05**	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Cantiles XXI, S.L.					
	Espanhola	Não	Sim	17/07/2000	
Sim		N/A	Juridica		
45.900.000	57,760	0	0,000	45.900.000	57,760
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
33.566.759	42,240	0	0,000	33.566.759	42,240
TOTAL					
79.466.759	100,000	0	0,000	79.466.759	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Enerfín Sociedad de Energía, S.L.U.				**07.694.361/0001-24**	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Elecnor S.A.					
05.666.350/0001-05	Espanhola	Não	Sim	08/03/2018	
Sim	Rafael Martín Bustamante		Fisica		
64.224.114	100,000	0	0,000	64.224.114	100,000
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
64.224.114	100,000	0	0,000	64.224.114	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Cantiles XXI, S.L.					
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Aluga, S.L.					
	Espanhola	Não	Sim	31/12/2014	
Sim		N/A	Juridica		
4.535.389	11,770	0	0,000	4.535.389	11,770
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Juver XXI, S.L.					
	Espanhola	Não	Sim	31/12/2014	
Sim		N/A	Juridica		
5.174.807	13,430	0	0,000	5.174.807	13,430
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Onchena S.A.					
	Espanhola	Não	Sim	31/12/2014	
Sim		N/A	Juridica		
4.214.847	10,940	0	0,000	4.214.847	10,940
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Cantiles XXI, S.L.					
OUTROS					
24.601.894	63,860	0	0,000	24.601.894	63,860
TOTAL					
38.526.937	100,000	0	0,000	38.526.937	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Elecnor S.A.				**05.666.350/0001-05**	
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Cantiles XXI, S.L.					
	Espanhola	Não	Sim	17/07/2000	
Sim	N/A		Juridica		
45.900.000	57,760	0	0,000	45.900.000	57,760
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
OUTROS					
33.566.759	42,240	0	0,000	33.566.759	42,240
TOTAL					
79.466.759	100,000	0	0,000	79.466.759	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Cantiles XXI, S.L.					
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
Aluga, S.L.					
	Espanhola	Não	Sim	31/12/2014	
Sim		N/A	Juridica		
4.535.389	11,770	0	0,000	4.535.389	11,770
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Juver XXI, S.L.					
	Espanhola	Não	Sim	31/12/2014	
Sim		N/A	Juridica		
5.174.807	13,430	0	0,000	5.174.807	13,430
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			
Onchena S.A.					
	Espanhola	Não	Sim	31/12/2014	
Sim		N/A	Juridica		
4.214.847	10,940	0	0,000	4.214.847	10,940
Classe ação	**Qtde. de ações (Unidades)**	**Ações %**			
TOTAL	0	0.000			

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Cantiles XXI, S.L.					
OUTROS					
24.601.894	63,860	0	0,000	24.601.894	63,860
TOTAL					
38.526.937	100,000	0	0,000	38.526.937	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Aluga, S.L.					
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
4.535.389	100,000	0	0,000	4.535.389	100,000
TOTAL					
4.535.389	100,000	0	0,000	4.535.389	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Juver XXI, S.L.					
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
5.174.807	100,000	0	0,000	5.174.807	100,000
TOTAL					
5.174.807	100,000	0	0,000	5.174.807	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Onchena S.A.					
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
4.214.847	100,000	0	0,000	4.214.847	100,000
TOTAL					
4.214.847	100,000	0	0,000	4.214.847	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatório		Tipo pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Aluga, S.L.					
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
4.535.389	100,000	0	0,000	4.535.389	100,000
TOTAL					
4.535.389	100,000	0	0,000	4.535.389	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Juver XXI, S.L.					
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
5.174.807	100,000	0	0,000	5.174.807	100,000
TOTAL					
5.174.807	100,000	0	0,000	5.174.807	100,000

15.1 / 15.2 - Posição Acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	**Nacionalidade-UF**	**Participa de acordo de acionistas**	**Acionista controlador**	**Última alteração**	
Acionista Residente no Exterior	**Nome do Representante Legal ou Mandatório**		**Tipo pessoa**	**CPF/CNPJ**	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	**Ações ordinárias %**	**Qtde. ações preferenciais (Unidades)**	**Ações preferenciais %**	**Qtde. total de ações (Unidades)**	**Total ações %**
CONTROLADORA / INVESTIDORA				**CPF/CNPJ acionista**	**Composição capital social**
Onchena S.A.					
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
4.214.847	100,000	0	0,000	4.214.847	100,000
TOTAL					
4.214.847	100,000	0	0,000	4.214.847	100,000

15.3 - Distribuição de Capital

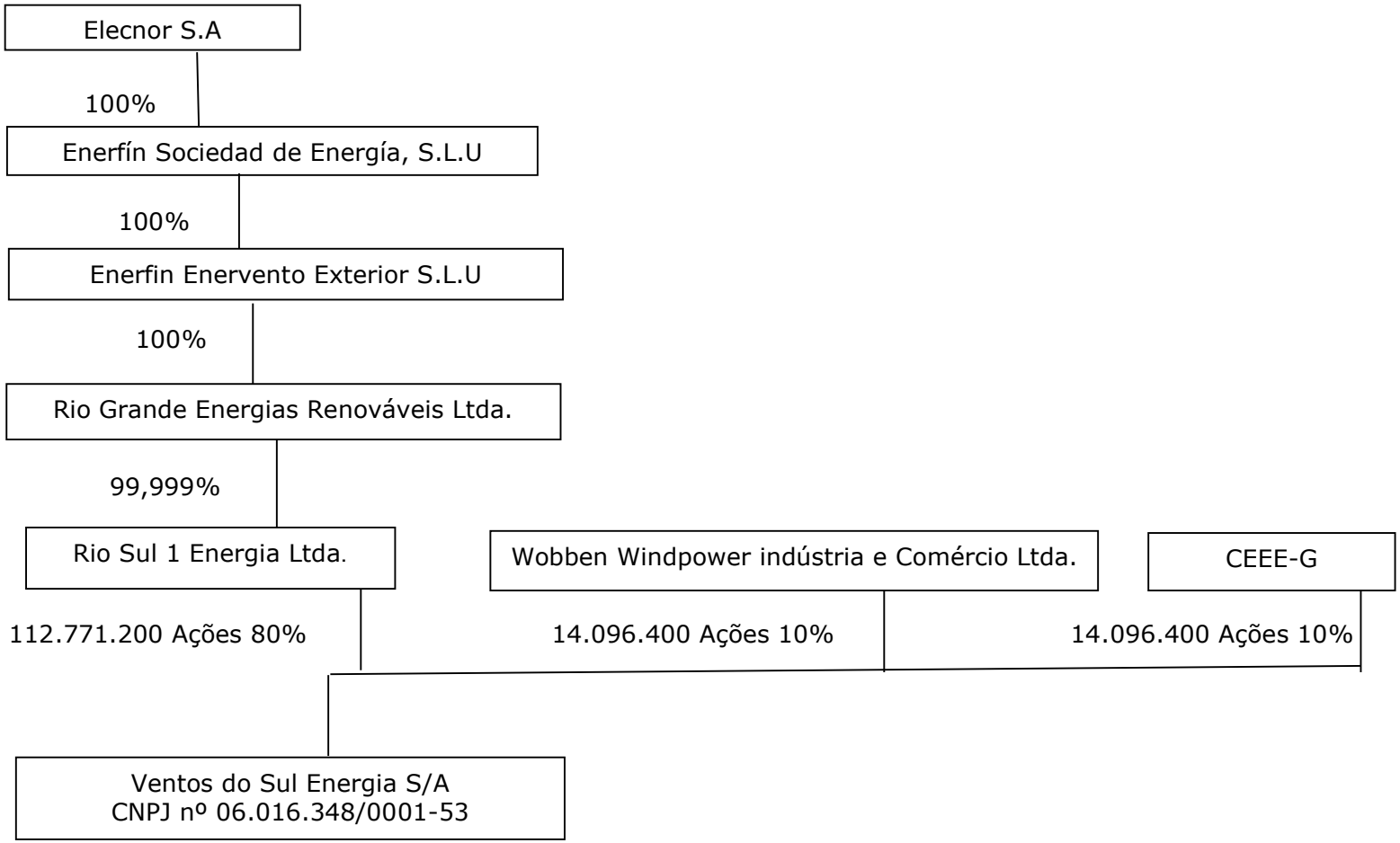
Data da última assembleia / Data da última alteração	04/09/2019
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	0
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	3
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	0	0,000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000%
Total	0	0,000%

15.4 - Organograma Dos Acionistas E do Grupo Econômico



15.5 - Acordo de Acionistas Arquivado na Sede do Emissor ou do Qual O Controlador Seja Parte

Item facultativo para emissor registrado na "Categoria B".

15.6 - Alterações Relevantes Nas Participações Dos Membros do Grupo de Controle E Administradores do Emissor

Item facultativo para emissor registrado na "Categoria B".

15.7 - Principais Operações Societárias

Não houve operações societárias relevantes envolvendo a Companhia, controladas ou coligadas nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019.

15.8 - Outras Informações Relevantes - Controle E Grupo Econômico

Não há outras informações relevantes com relação a esta Seção 15.

16.1 - Descrição Das Regras, Políticas E Práticas do Emissor Quanto À Realização de Transações Com Partes Relacionadas

Item facultativo para emissor registrado na "Categoria B".

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Wobben Windpower Indústria e Comércio Ltda.	31/12/2022	30.464.906,22	0	100%	08 anos, a partir de abr/19.	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista						
Objeto contrato	Contrato de Operação e Manutenção						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação	Contrato de operação e manutenção dos Parques Eólicos						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Elecnor do Brasil Ltda	31/12/2022	1.898.058,81	150.863,80	100%	Contrato mensal, por tempo indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Contrato de Operação e Manutenção						
Garantia e seguros	Não aplicável						
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação	Contrato de operação e manutenção dos Parques Eólicos						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							
Enerfin do Brasil Ltda	31/12/2022	13.623.362,00	1.183.948,07	100%	Contrato mensal	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Contrato de Gestão						
Garantia e seguros	Não aplicável						

16.2 - Informações Sobre as Transações Com Partes Relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de divida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Não aplicável						
Natureza e razão para a operação	Contrato de gestão para operação dos Parques Eólicos						
Posição contratual do emissor	Devedor						
Especificar							

16.3 - Identificação Das Medidas Tomadas Para Tratar de Conflitos de Interesses E Demonstração do Caráter Estritamente Comutativo Das Condições Pactuadas ou do Pagamento Compensatório Adequado

Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionados no item 16.2 acima ocorridas no último exercício social:

a. Identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses

Em linha com as melhores práticas de governança corporativa, a Companhia adota e incentiva elevados padrões de integridade e ética em todas as suas atividades

A administração considera em todas as transações com partes relacionadas a observância do melhor interesse da Companhia, sempre em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operações e levando em conta como critério para a celebração do contrato os preços, prazos, capacitação técnica e encargos financeiros aplicáveis.

b. Demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Os contratos firmados entre as partes relacionadas objetivam a prestação de serviços necessários à operação dos Parques Eólicos, e estão alinhados com o objeto individual das respectivas partes relacionadas, adequados as práticas comerciais de mercado e celebrados no melhor interesse da Companhia.

16.4 - Outras Informações Relevantes - Transações Com Partes Relacionadas

Não há outras informações relevantes com relação a esta Seção 16.

17.1 - Informações Sobre O Capital Social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	**Capital Emitido**				
04/09/2019	964.000,00	Totalmente integralizado	140.964.000	0	140.964.000
Tipo de capital	**Capital Subscrito**				
04/09/2019	964.000,00	Totalmente integralizado	140.964.000	0	140.964.000
Tipo de capital	**Capital Integralizado**				
04/09/2019	964.000,00	Totalmente integralizado	140.964.000	0	140.964.000

17.2 - Aumentos do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item facultativo para emissor registrado na “Categoria B”.

17.3 - Informações Sobre Desdobramentos, Grupamentos E Bonificações de Ações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item facultativo para emissor registrado na “Categoria B”.

17.4 - Informações Sobre Reduções do Capital Social

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item facultativo para emissor registrado na “Categoria B”.

17.5 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a esta Seção 17.

18.1 - Direitos Das Ações

Espécie de ações ou CDA	
Tag along	0,000000
Direito a dividendos	Conforme o anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas "Categoria B"
Resgatável	Não
Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate	
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Conforme o anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas "Categoria B"
Outras características relevantes	Conforme o anexo 24 da Instrução CVM 480, o preenchimento deste item é facultativo para as companhias abertas "Categoria B"

18.2 - Descrição de Eventuais Regras Estatutárias Que Limitem O Direito de Voto de Acionistas Significativos ou Que os Obriguem A Realizar Oferta Pública

Item facultativo para emissor registrado na "Categoria B".

18.3 - Descrição de Exceções E Cláusulas Suspensivas Relativas A Direitos Patrimoniais ou Políticos Previstos no Estatuto

Item facultativo para emissor registrado na "Categoria B".

18.4 - Volume de Negociações E Maiores E Menores Cotações Dos Valores Mobiliários Negociados

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item facultativo para emissor registrado na “Categoria B”.

18.5 - Outros Valores Mobiliários Emitidos no Brasil

Valor mobiliário	**Debêntures**
Identificação do valor mobiliário	Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em 2 (duas) séries
Data de emissão	21/10/2019
Data de vencimento	15/12/2025
Quantidade (Unidades)	325.000
Valor total (Reais)	325.000.000,00
Saldo Devedor em Aberto	171.626.677,66
Restrição a circulação	Sim
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Companhia poderá, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos titulares das Debêntures, a partir de 15 de outubro de 2022, observados os termos e condições da Escritura de Emissão, realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série, conforme o caso, com o consequente cancelamento das respectivas Debêntures. Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da Primeira Série, os Debenturistas da Primeira Série farão jus ao pagamento (i) do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série, acrescido (ii) dos respectivos Juros Remuneratórios, calculados pro rata temporis desde a Data da Primeira Integralização ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data do Resgate Antecipado Facultativo, e (iii) de prêmio de 0,30% (trinta centésimos por cento) ao ano, calculado nos termos da Escritura de Emissão. Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures da Segunda Série, os Debenturistas da Segunda Série farão jus ao pagamento (i) do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da Segunda Série, acrescido (ii) dos respectivos Juros Remuneratórios, calculados pro rata temporis desde a Data da Primeira Integralização ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data do Resgate Antecipado Facultativo, e (iii) de prêmio calculado nos termos da Escritura de Emissão. Os termos em letra maiúscula referidos acima possuem o significado a eles atribuídos na Escritura de Emissão.
Características dos valores mobiliários de dívida	As Debêntures foram emitidas em 2 (duas) séries, sendo os montes de (i) R$ 227.000.000,00 referentes às Debêntures da Primeira Série, com juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI + 0,75% ao ano; e (ii) R$ 98.000.000,00 referentes às Debêntures da Segunda Série, com juros remuneratórios correspondentes a IPCA + 3,25% ao ano. As Debêntures são garantidas por (a) alienação fiduciária da totalidade das ações da Companhia, outorgada por seus acionistas; (b) alienação fiduciária de equipamentos de titularidade da Companhia; e (c) cessão fiduciária de recebíveis de titularidade de titularidade da Companhia. Os termos em letra maiúscula referidos acima possuem o significado a eles atribuídos na Escritura de Emissão.
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não aplicável.
Outras características relevantes	Não aplicável.

18.5.a - Número de Titulares de Valores Mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
Debêntures	0	0	7

18.6 - Mercados Brasileiros em Que Valores Mobiliários São Admitidos À Negociação

As Debêntures, conforme descritas no item 18.5 acima, são admitidas à negociação por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos administrado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa e Balcão – Segmento CETIP UTVM ("B3") e para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários administrado e comercializado pela B3

18.7 - Informação Sobre Classe E Espécie de Valor Mobiliário Admitida À Negociação em Mercados Estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, pois a Companhia não possui valores mobiliários admitidos à negociação atualmente além das Debêntures, as quais são admitidas à negociação somente nos mercados administrados pela B3.

18.8 - Títulos Emitidos no Exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável, uma vez que a Companhia não possui valores mobiliários emitidos no exterior

18.9 - Ofertas Públicas de Distribuição

Oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em 2 (duas) séries, da 1ª (primeira) emissão da Companhia, no montante total de R$ 325.000.000,00, emitidas em 21 de outubro de 2019, nos termos da Instrução CVM 476, com a intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários. Para mais informações sobre as debêntures da nossa primeira emissão, fazemos referência ao item 18.5.

18.10 - Destinação de Recursos de Ofertas Públicas

Debêntures emitidas em 21 de outubro de 2019:

a. A utilização dada aos recursos resultantes da oferta:

Liquidação integral de todo e qualquer passivo financeiro da Companhia, sendo a diferença positiva destinada à recomposição do caixa da Companhia para condução das atividades da Companhia.

b. Se houveram quaisquer desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da distribuição:

Não aplicável, pois não houve desvios entre a aplicação efetiva dos recursos e a destinação prevista na Escritura de Emissão.

c. As razões para tais desvios, se aplicável:

Não aplicável, pois não houve desvios entre a aplicação efetiva dos recursos e a destinação prevista na Escritura de Emissão.

18.11 - Ofertas Públicas de Aquisição

Item facultativo para emissor registrado na "Categoria B".

18.12 - Outras Inf. Relev. - Val. Mobiliários

Não há outras informações relevantes com relação a esta Seção 18.

19.1 - Informações Sobre Planos de Recompra de Ações do Emissor

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item facultativo para emissor registrado na “Categoria B”.

19.2 - Movimentação Dos Valores Mobiliários Mantidos em Tesouraria

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item facultativo para emissor registrado na “Categoria B”.

19.3 - Outras Inf. Relev. - Recompra/tesouraria

Não há outras informações relevantes com relação a esta Seção 19.

20.1 - Informações Sobre A Política de Negociação de Valores Mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Item facultativo para emissor registrado na “Categoria B”.

20.2 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a esta Seção 20.

21.1 - Descrição Das Normas, Regimentos ou Procedimentos Internos Relativos À Divulgação de Informações

Item facultativo para emissor registrado na "Categoria B".

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

Item facultativo para emissor registrado na "Categoria B".

21.3 - Administradores Responsáveis Pela Implementação, Manutenção, Avaliação E Fiscalização da Política de Divulgação de Informações

Item facultativo para emissor registrado na "Categoria B".

21.4 - Outras Informações Relevantes

Não há outras informações relevantes com relação a esta Seção 21.